

UNIVERSIDADE POTIGUAR - UnP
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM HISTORIA DO RIO
GRANDE DO NORTE
EDUARDO SÉRGIO DE MEDEIROS PEREIRA

**A INSURREIÇÃO DE 1935 NO RIO GRANDE DO NORTE: UM
LEVANTE PRECIPITADO.**

Monografia apresentada a Universidade Potiguar-
UnP, como parte dos requisitos para obtenção do
título de Especialista em Historia do Rio Grande
do Norte

Orientadora: Prof^ª Ms. Marlene da Silva Mariz.

NATAL
2005

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a minha esposa Tânia, meu porto seguro nos momentos de aflição. E ao meu filho Arthur, fonte de nossa alegria.

Também o dedico as primeiras mulheres da minha vida, Célia minha mãe, Ia (in memoriam) e D. Joanita (in memoriam).

AGRADECIMENTOS.

Primeiramente, agradeço ao meu pai, Roberto, (in memoriam) a quem os amigos chamavam de Su, por me deixado com maior legado o “gosto” pelas Ciências Humanas.

Agradeço também a Prof^a Dr^a Denise Mattos Monteiro que durante as suas aulas da graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Norte nos instigava ao estudo da História do Rio Grande do Norte. E finalizando agradeço a minha orientadora Prof^a. Ms. Marlene da Silva Mariz que prazerosamente indicou melhores caminhos para a realização desse trabalho.

RESUMO

O trabalho, apresenta uma nova ótica sobre um dos mais significativos episódios da História do Rio Grande do Norte, a denominada Insurreição Comunista de 1935.. Tendo a preocupação de inserir novas fontes, como os depoimentos de participantes do levante colhidos pelo jornalista Cortez durante a década de 1980 e publicado no Diário de Natal, posteriormente a serie de reportagens foi transformado em livro. E dessa forma procura incorporar o discurso dos indivíduos que participaram da insurreição. Mas, que até o momento, tiveram os seus relatos marginalizados da historiografia. Percebe-se claramente ao ler a maioria desses depoimentos, que o movimento de 1935 não possuía nenhum direcionamento ideológico. Apesar de contar com uma ativa participação de comunistas inclusive assumindo a sua direção. Ao mesmo tempo, busca demonstrar por meio de documentos escritos que tais relatos estão em consonância com essas fontes. Procurando estabelecer elementos para o diálogo entre os depoimentos, a História do Estado do Rio Grande do Norte e do Brasil.

O objetivo principal e desmistificar a Participação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na preparação do levante e ao mesmo tempo apontar que o movimento eclodiu em Natal devido às características e vicissitudes da política local. A instabilidade política gerada após a Revolução de 1930 no estado foi o pano de fundo para a deflagração da insurreição. Aliado a falta de experiência política dos diversos interventores nomeados para governar governa-lo o que culminou com o acirramento da crise política iniciada na eleição de 1933 mas que teve continuidade e alcançou o seu auge na campanha eleitoral seguinte, em 1934. Quando foi realizada a mais violenta eleição da história do Rio Grande do Norte.

Existiu a preocupação de destacar a participação dos outros segmentos políticos no movimento, principalmente os seguidores de Mário Câmara (maristas) e de Café Filho (cafeístas). Os quais geralmente têm a sua importância histórica diminuída pela maioria dos trabalhos publicados, ressaltando que sem essa participação a quartelada não teria tomado a proporção que tomou.

ABSTRACT

The work, presents a new optics on one of the most significant episodes of the it Histories of Rio Grande do Norte, denominated her/it Communist Insurrection of 1935.. Tends the concern of inserting new sources, as the participants' of the revolt depositions picked by journalist CORTEZ during the decade of 1980 and published in the newspaper, Diário de Natal later the series of reports was transformed in book. And in that way it tries to incorporate the individuals' speech that they participated in the insurrection. But, that until the moment, they had your marginalized reports of the historiography. It i noticed clearly when reading most of those depositions, that the movement of 1935 didn't possess any ideological direction. In spite of counting besides with an active participation of communists assuming your direction. At the same time, search to demonstrate through written documents that such reports are in consonance with those sources. Trying to establish elements for the dialogue among the depositions, it Histories her/it of the State of Rio Grande do Norte and of Brazil.

The main objective and to give another version the participation of Communist Party of Brazil (PCB) in the preparation of the revolt and attn the same team to appear that the movement happened in Christmas due to the characteristics and vicissitudes of the local politics. The political instability generated after the Revolution of 1930 in the state it went the backdrop to the segment of the insurrection. Allied the lack of the several nominated interventors' political experience to govern you govern that culminated with the expansion of the initiate political crisis in the election of 1933 but that had continuity and it reached your peak in the following electoral campaign, in 1934. When the most violent election was accomplished of the it histories of Rio Grande do Norte.

The concern existed of detaching the participation of the other political segments in the movement, mainly the followers of Mário Câmara (maristas) and of Café Filho (cafeístas). Which usually have your historical importance decreased by most of the published works, pointing out that without that participation the insubordination pf military would not have taken to the proportion that took.

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	08
2 - A ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA DO BRASIL NO INÍCIO DO SÉCULO XX: UM BREVE HISTÓRICO.....	09
2.1 - A organização da esquerda brasileira na década de 1930.....	11
2.2 - A preparação para a insurreição nacional.....	16
2.3 – Os levantes no Recife e no Rio de Janeiro.....	17
3. - A CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO NORTE ÀS VÉSPERAS DO MOVIMENTO DE 1935.....	19
3.1 - As eleições de 1933 e a interventoria de Mário Câmara.....	23
4.0 - UM CENÁRIO CONFLAGRADO: O RIO GRANDE DO NORTE AS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO DE 1934.....	28
5.0 - A CRISE POLÍTICA PÓS-ELEIÇÃO DE 1934.....	34
6.0 – A INUSURREIÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE.....	38
6.2 –Uma cidade insurgente: o levante em Natal.....	42
6.1 – A instalação do Governo Popular Revolucionário.....	46
7.0 – CONCLUSÃO.....	55
8.0 – BIBLIOGRAFIA.....	

1 - INTRODUÇÃO

Este trabalho é um estudo sobre o denominado movimento insurrecional de 1935, ocorrido em Natal. O seu objetivo é demonstrar que apesar de existir a preparação de um levante em nível nacional - com a coordenação do Partido Comunista do Brasil (PCB) e apoio do KOMINTERN -, no caso local, o movimento apresenta características específicas que nos levam a outra interpretação e conclusão.

Apesar da relevância do tema, ele tem sido pouco estudado, principalmente no que se refere aos fatos locais. Apenas encontramos os trabalhos de Medeiros, que analisa a questão do ponto de vista da elite conservadora da época – indicando que o movimento contou com o total planejamento do Partido Comunista e que seu objetivo era instalar um regime socialista no Brasil - e o trabalho de Costa, que estuda o tema numa abordagem com alguns pontos em comum com o nosso objetivo - encaminhando o evento como resultado da conjuntura local que reflete toda uma situação de disputa pelo poder político e o envolvimento da sociedade sem a conscientização do que o movimento realmente representa no sentido da posição ideológica.

Sabemos que a disputa pelo controle político permeou o período interventorial o que, de certa forma, foi responsável pela alta rotatividade administrativa no Estado do Rio Grande do Norte e um prelúdio da crise política que estava por vir.

A convocação para a eleição dos constituintes de 1934 provocou acirramento dos ânimos nos setores dominantes da política estadual, gerando uma disputa violenta entre os dois grupos pela hegemonia na política local. Ao término das eleições, os ânimos permanecem alterados, principalmente, devido a algumas medidas tomadas pelo governador recém-eleito e ao clima de agitação no 21º Batalhão de Caçadores.

O clima de efervescência política será o estopim no desencadeamento de um movimento insurrecional envolvendo grupos de trabalhadores que não conheciam as propostas ideológicas do levante. Nessa perspectiva, o trabalho foi dividido em cinco partes.

Na primeira, a abordagem é sobre como encontrava-se estruturada a política brasileira no início da década de 1930. Nesse segmento, foi dado um destaque à organização da esquerda por considerá-la essencial para entender o desenrolar dos acontecimentos.

No segundo e terceiro segmentos, o estudo focaliza a conjuntura do estado do Rio Grande do Norte entre os anos de 1933 e 1934, destacando o clima de tensão gerado pelas duas eleições que ocorreram no estado nesse período.

Finalizando, o quarto e quinto segmento tratam do levante como consequência do clima de instabilidade e efervescência política provocada pelo violento processo eleitoral que o estado tinha vivenciado.

Pretendemos, portanto, demonstrar que o movimento de 1935 eclodiu em Natal devido às particularidades da política local e que o Partido Comunista do Brasil (PCB) participou do episódio apenas como adesista.

2.0 – A ESTRUTURA SÓCIO-POLÍTICA DO BRASIL, NO INÍCIO DO SÉCULO XX.

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passou por uma etapa de expansão econômica em vários níveis, inclusive no setor industrial. Os lucros oriundos da cafeicultura atrelados ao processo de substituição das importações permitiram uma relativa diversificação da atividade econômica, com a consolidação de alguns núcleos regionais não acoplados diretamente ao café. O crescente fortalecimento do setor industrial acelerou a diferenciação da estrutura produtiva do país, consolidando uma economia mais diversificada e contribuindo para o surgimento de uma sociedade urbana extremamente dinâmica.

Esse processo colaborou para a eclosão e solidificação de forças sociais até então inexistentes ou pouco expressivas numericamente como era o caso da burguesia industrial, da classe média e do operariado. Nesse contexto, o domínio político, fundamentado na “política dos governadores”, no “voto de cabresto”, na fraude eleitoral e na exclusão de parcelas da sociedade do processo de eleição é colocado em questão, visto que não atendia às expectativas desses novos atores políticos, os quais não aceitavam mais ser meros coadjuvantes no referido cenário.

A crise que levaria à ruptura do sistema oligárquico complementa-se com o nascimento do movimento tenentista. Surgido no âmbito do aparelho repressivo do Estado, o tenentismo tinha, segundo alguns autores, uma vinculação com as camadas médias urbanas:

De modo geral, esse movimento, que ficou conhecido como ‘tenentista’, não teve unidade nem conteúdo programático bem definido. Sua ideologia era confusa, (...). Suas formulações e a força de seus motins, entretanto, fizeram com que os tenentes fossem revestidos de uma auréola, como verdadeiros heróis nacionais, principalmente para as camadas médias urbanas, de onde eram geralmente recrutados. (...) Aderindo mais tarde, à Aliança Liberal, levou para esta a grande popularidade que cercava os movimentos tenentistas, sobretudo pela identidade que existia entre os interesses políticos e sociais destes e os interesses da camada média brasileira, alienada da vida pública nacional (MARIZ, 1982, p. 22).

Em novembro de 1930, Getúlio Vargas, o líder civil de um movimento armado de oposição, tornou-se Presidente do Brasil em caráter provisório e colocou um ponto final na República Oligárquica. Na verdade, Vargas, inicialmente, não demonstrou ser um político de grande envergadura, entretanto, no decorrer dos acontecimentos foi demonstrando uma grande capacidade de articulação. Ao atingir o poder com a revolução de 1930, tornou-se um dos políticos mais marcantes da história brasileira.

Logo no início do Governo Provisório, a situação permaneceu indefinida em muitos estados. Diversos grupos políticos lutavam para indicar os interventores federais que iriam substituir os antigos presidentes estaduais, depostos pela revolução. Para compreendermos melhor a situação é importante ressaltar que a Aliança Liberal não era um partido político, mas uma frente de oposição composta por forças bastante heterogêneas. Portanto, as diversas facções procuravam demarcar terreno no novo cenário político que se descortinava.

Tal situação de conflito entre as forças revolucionárias era mais acentuada nos estados do norte e do nordeste, o que obrigou o governo recorrer a um dos mais importantes grupos que participaram do processo revolucionário: os "tenentes".

Ao indicar, em novembro de 1930, Juarez Távora para dirigir a Delegacia Regional do Norte - recém-criada para solucionar as questões políticas do norte e nordeste do Brasil -, Vargas entregou grande parte do território nacional inteiramente nas mãos dos "tenentes". Com isso, buscava diminuir a influência das oligarquias locais e, ao mesmo tempo, consolidar o poder da revolução nos estados do norte e nordeste.

Apesar do esforço de Vargas para acomodar as facções políticas, o clima de instabilidade crescia. Os "tenentes", que se autoproclamavam como os únicos autênticos revolucionários, não admitiam que o movimento se transformasse em uma mera troca de cadeiras entre os grupos oligárquicos. Nesse sentido, buscaram direcionar a sua ação política com a criação do Clube 3 de outubro, o principal porta-voz do grupo.

O projeto tenentista defendia medidas como a centralização do sistema tributário, o fortalecimento das Forças Armadas, a federalização das milícias estaduais, a criação de uma legislação trabalhista e a modernização da infra-estrutura do país, com um governo forte e centralizado. Os "tenentes", na sua maioria, consideravam que a constitucionalização do país, naquele momento, provocaria o retorno das velhas oligarquias ao poder. Isso significava a defesa de um governo ditatorial e o adiamento do processo de constitucionalização. Entretanto, era esse o objetivo dos grupos políticos que foram aliados do poder durante a Revolução, trabalhar para o retorno da "normalidade" constitucional.

Os conflitos se acirraram quando o Partido Democrático rompeu definitivamente com Vargas. Insatisfeitos com a indicação de um interventor "estrangeiro" e militar para governar São Paulo - e juntamente com o Partido Republicano Paulista - fundaram uma frente única em favor da reconstitucionalização do país. Em 9 de julho de 1932, os paulistas partiram para o confronto armado contra o governo central, era a Revolução Constitucionalista de 1932. Porém, sem o apoio das outras unidades da Federação, São Paulo foi derrotada. Esse revés militar, entretanto, não significou uma derrota política.

No ano de 1933, foram realizadas as eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Em muitos Estados ocorreu a vitória dos grupos oligárquicos, fato que obrigou Vargas a adotar uma nova postura política. Não havia mais condições de continuar mantendo as margens do poder importantes grupos políticos regionais que demonstraram claramente sua força por meio da vitória nas eleições.

É necessário apontar que a vitória dos antigos grupos oligárquicos representou também o fim da influência tenentista no governo. Na verdade, o movimento já havia sofrido uma cisão quanto à organização para concorrer à constituinte. Um grupo foi cooptado pelos partidos tradicionais. Entretanto, a ala radical era totalmente contra a participação no processo. Foi o caso do ex-interventor no Rio Grande do Norte, Herculino Cascardo que, desiludido com os rumos da Revolução de 1930, resolveu abandonar o governo. Posteriormente, Cascardo fará parte da Aliança Nacional Libertadora como seu presidente.

Ao mesmo tempo, iremos presenciar um crescimento do radicalismo político em todo o mundo ocidental. Após o término da 1ª Grande Guerra Mundial (1914 – 1918), a Europa passou por uma profunda crise que contribuiu para abalar o alicerce das democracias liberais européias que, aos poucos, vão cedendo terreno para a implantação de regimes totalitários. O fortalecimento das idéias extremistas - tanto

de esquerda, quanto de direita - que buscavam através de uma política belicosa e autoritária implantar Estados Totalitários, foram os responsáveis pelo declínio das idéias liberais em todo o mundo.

O descontentamento em relação ao que o governo revolucionário prometera e dera, se alastrava. (...).

(...)

As classes medias, sobretudo a pequena-burguesia, se viam agora divididas. Uma parte tomava o caminho da reação, acreditando que todos os obstáculos à ação do governo revolucionário provinham do comunismo. Outra parte buscava o caminho da esquerda: a Aliança Nacional Libertadora podia nascer.(BASBAUM, 1985, p.69 .71)

Sofrendo o reflexo do que se passava na Europa, vamos ver surgir no Brasil, em 1932, a Ação Integralista Brasileira (AIB). Partido de inspiração fascista, defendia a existência de um Estado Totalitário, ultranacionalista e anticomunista com base na hegemonia de um partido único. A AIB tinha como chefe nacional Plínio Salgado e possuía seções em diversos estados do país, congregando elementos das camadas médias urbanas como intelectuais, em sua maioria católicos, profissionais liberais, funcionários públicos e militares. Seu lema era “Deus, Pátria e Família”.

A expansão das forças totalitárias de direita no mundo inteiro levou comunistas, socialistas e antigos tenentes insatisfeitos com os rumos tomados pela revolução no Brasil a se organizarem em frentes populares antifascistas. Nesse sentido, surgiu em março de 1935, a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

“Se bem que o movimento dependesse maciçamente da organização do Partido Comunista, conseguiu agrupar grande número de perplexos eleitores da classe média, (...)”.(SKIDMORE, 1975. p. 41)

O programa básico da organização, divulgado em fevereiro, tinha como pontos principais: o não pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários; a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular. (VIANNA, 1995, p. 328-329)

Com a fundação da ANL, pela primeira vez no país “parecia que a esquerda havia ganhado vida. Mais de 1600 sedes locais haviam brotado, até fins de maio de 1935” (SKIDMORE, 1975, P.41). Herculino Cascardo, que fora nomeado interventor no Rio Grande do Norte (entre 1931 e 1932), era o seu presidente. Embora variasse o perfil dos organizadores pelo país “é possível afirmar com os dados disponíveis que congregava basicamente as camadas médias urbanas.” (COSTA, 1995, p. 27).

2.1 – A organização da esquerda brasileira na década de 1930

No dia 5 de julho de 1934, em comemoração ao segundo aniversário da Revolta do Forte Copacabana, movimento que gerou o famoso episódio dos 18 do Forte, irrompeu em São Paulo mais uma revolta “tenentista”. Liderados pelo general

Isidoro Dias Lopes e pelo major Miguel Costa, os militares chegaram a tomar a capital e resistiram por dezenove dias (9 a 27 de julho) (FAUSTO, 2005, p. 83). Após um cerco das tropas legalistas, os rebeldes formaram uma coluna e se dirigiram para o interior. Três meses depois, em apoio aos rebeldes paulistas que combatiam no interior do Paraná, militares gaúchos sob o comando do Capitão Luis Carlos Prestes, também se rebelaram e seguiram o mesmo destino, formaram uma coluna de homens que se deslocava pelo interior:

A Coluna não logrou estabelecer vínculos com as massas rurais, nem se propunha a isso. A Marcha se destinava a manter vivo o facho da revolução, isto é, visava a realizar um protesto heróico, com os olhos voltados para o meio de onde provinha – os centros urbanos. Nesses centros, a repercussão do episódio foi enorme e se projetou, por longos anos, no interior da esquerda brasileira. (FAUSTO, 2005, p.85).

Em abril de 1925, as duas colunas fundiram-se formando então a denominada Coluna Prestes. Após percorrer cerca de 24 mil quilômetros, cortando grande parte do território brasileiro, a coluna exilou-se na Bolívia no final de 1927.

Foi em dezembro de 1927 que Prestes, exilado na Bolívia, encontrou-se na cidade de Puerto Suarez com o enviado do Comitê Central Executivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Astrogildo Pereira, que lhe entregou alguns exemplares de literatura marxista (WAACK, 1993, p.26).

Entre dezembro de 1929 e janeiro de 1930, Prestes encontrou-se secretamente com Vargas por duas vezes, em Porto Alegre. Getúlio pretendia o apoio do Cavaleiro de Esperança ao movimento que desaguou na Revolução de 1930. No entanto, Prestes já estava interessado em fazer a sua própria revolução:

Prestes acabara por aderir ao marxismo. Não evidentemente, como marxista, mas como líder popular (...) foi convidado, em 1931, a visitar a União Soviética. Por essa ocasião achava-se em Montevidéu, estudando, ou pelo menos, lendo, a literatura marxista. (...) Em Moscou teve oportunidade de travar excelente relações com antigo líder bolchevista, membro do Comitê Central do Partido Comunista da URSS e membro do IC, Manuilski. Por influencia deste ingressou no Pc soviético, sendo posteriormente eleito, isso em fins de 1934, membro do Presidium

Na União Soviética, graças o seu prestígio junto aos líderes da IC, conseguiu convencer seus companheiros da 3ª Internacional da importância do Brasil como país potencialmente o mais próximo de um movimento nacional libertador (Basbaum, 1985, p.74).

Em 30 de março, Luiz Carlos Prestes foi aclamado Presidente de Honra da ANL. Prestes, que já havia aderido ao comunismo, foi escolhido devido ao forte apelo popular do qual gozava naquele momento. Sua presença como presidente de honra foi fundamental para o fortalecimento e crescimento da Aliança. Na verdade, a influência da personalidade de Prestes foi tão significativa que, durante muito tempo, prestismo foi sinônimo de comunismo.

“A entrada de Prestes e de Antonio Mendes Maciel, o Miranda, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) contribuiu para uma significativa mudança na estrutura do partido, pois ocorreu uma expressiva entrada de militares nos seus quadros, assumindo posições de destaque na hierarquia interna” (COSTA, 1995, p. 27).

Segundo Leôncio Martins apud COSTA :

essas modificações serão o fator determinante da opção pela via insurrecional e das características de “quartelada” que o levante de novembro de 1935 iria adquirir, refletindo a influência tenentista resultante da entrada da jovem oficialidade no interior de um partido comunista inexperiente

(...) No entanto como mostra Paulo Sérgio Pinheiro, a perspectiva insurrecional não apenas antecede a entrada dos militares no partido como corresponde a antigas tendências no âmbito da III Internacional.(p.24)

Anteriormente, o autor faz referência ao VI Congresso da Internacional Comunista apresentando a vitória da tese do enfrentamento em detrimento da tese de colaboração com a burguesia. É nele que se faz a primeira discussão específica a respeito da América Latina. Com base em informes fantasiosos levantados nesse congresso, a III Internacional passou a considerar o tenentismo como um movimento que poderia contribuir para o sucesso de uma insurreição armada. Na verdade, COSTA (1995) faz algumas observações no tocante a influência do KOMINTERN na deflagração do movimento em Natal. Como justificativa, o autor cita:

No ano de 1934 estava marcada a realização em Moscou do VI Congresso da Internacional Comunista, que não pode ser realizada. (...) Como os representantes da América Latina já estavam a caminho, aproveitou-se a presença deles em Moscou, no mês de outubro foi realizada a III Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos e do Caribe. Esta conferência foi importante para compreender o levante de 1935. Há versões de que nela que se decidiu a respeito da insurreição no Brasil. É o caso de Foster Dullles: ‘os planos para uma insurreição no Brasil foram traçados em Moscou, em 1934, no curso de reuniões que estiveram presentes uns poucos comunistas brasileiros e membros da cúpula do Komintern (terceira internacional)’. (p.24).

Entretanto, alguns trechos adiante, o autor faz a seguinte colocação:

O acontecimento **mais importante** (grifo nosso) no âmbito da III IC no período de 1930 a 1935 foi à realização do VII Congresso, entre os dias 25 de julho a 20 de agosto de 1935, em Moscou. (...) contou com a adesão de todos os partidos comunistas e filiados (...) Resumidamente pode-se dizer que a sua realização foi consequência da nova conjuntura internacional com a ascensão e consolidação do nazi-fascismo.

No dia 2 de agosto, George Dimitrov faz um longo discurso em que defende a constituição de frentes populares, estratégias mais adequadas aquele momento histórico e na qual os partidos comunistas teriam um papel fundamental a desempenhar, articulando a mais ampla frente de combate ao nazi-fascismo. A ANL é citada como exemplo a ser seguido (esta referência será usada posteriormente – e repetida com insistência – pelos militares brasileiros para mostrar os vínculos da Internacional Comunista com a ANL, tida como extensão do Partido Comunista).

(...) Tratava-se agora de priorizar a luta contra o nazi-fascismo, constituir frentes únicas antiimperialistas e criar governos de caráter nacional, popular e revolucionário. (...).

No entanto, pouco depois, no início de 1935, Luís Carlos Prestes e alguns assessores da internacional Comunista, entre eles Olga Benário (...) chegam clandestinos ao Brasil a fim de preparar uma insurreição armada. (COSTA, 1995, p. 28-29)

Conforme podemos constatar, existe uma contradição entre a defesa da frente ampla e a da insurreição armada. Para justificar, COSTA (1995,p. 24) cita Paulo Sergio Pinheiro que afirma não haver incompatibilidade nenhuma, haja vista que a perspectiva insurrecional correspondia às antigas tendências históricas da IC que remontam à Revolução Bolchevique. Um outro fator apontado é a perspectiva de uma insurreição baseada na análise feita a respeito das forças armadas na América Latina. E finaliza afirmando que: “as considerações tem o mérito de ampliar o quadro de análise em que se insere a possibilidade de uma insurreição armada, em vez a de compreender simplesmente como resultado das informações fantasiosas, inexatas e triunfalistas de Antônio Mendes Maciel, o ‘Miranda’.” (p.29).

No entanto, anteriormente, o autor aponta que:

No início de 1935, o partido comunista discute a formação de uma ampla aliança pela libertação (nacional, incluindo operários, camponeses, a pequena burguesia e setores da burguesia nacional que estivessem dispostas a apoiar a luta antiimperialista. É uma modificação importante, na medida em que até então o partido se caracterizava pelo sectarismo e, conseqüentemente, pelo isolamento.

(...)

A formação, o crescimento e a ilegalidade da ANL em julho de 1935 são aspectos importantes para compreender a insurreição de 1935. Em primeiro lugar se é possível afirmar que ela surge sob influência do partido comunista, não se pode reduzir a ele. (COSTA, 1995, p.26)

E, posteriormente, acrescenta: “a leitura dos documentos da ANL mostram claramente que não se colocava a questão da luta armada” (COSTA, 1995, p. 27):

Quanto ao partido comunista, Montagna vai argumentar que a partir da adesão de Prestes e da reunião do Plenun do comitê central do PCB na segunda quinzena de maio de 1934 , a cúpula do partido, com Prestes à frente, iniciam um “tour de force” para impulsionar a ANL em direção à radicalização e à luta armada “com a entrada de Prestes no PCB, mudando sua atuação, passa, junto com sua cúpula e os assessores enviados pela IC, a tramar as ocultas da ANL e das próprias bases do PCB , uma insurreição visando derrubar o governo Vargas, que não constava nos desígnios da Frente Única (COSTA, 1995, p. .27)

Com o crescimento de dois partidos ideologicamente antagônicos, o clima de efervescência política contaminou grande parte da sociedade brasileira. Cresceram as agitações de rua com aliancistas e integralistas se enfrentando em verdadeiras guerras campais. O radicalismo presente nestes dois movimentos políticos, faz deles excelentes colaboradores do objetivo de Vargas: criar uma atmosfera de graves perturbações que propiciasse o surgimento de um clima de instabilidade política para “justificar” a implantação de uma ditadura no país.

Ao lado dessa agitação política havia também muita insatisfação nos quartéis, que foi intensa durante o ano de 1934 e teve a sua continuidade durante o ano de 1935. A proposta do projeto de lei que aumentaria os salários e benefícios dos militares foi barrada no Congresso, o que contribuiu para o crescimento da onda de insatisfação contra o governo.

Essa insatisfação dos militares era ainda uma conseqüência do movimento revolucionário de 1930. A indisciplina e a hierarquia militar estavam profundamente comprometidas em virtude de muitos militares participantes do movimento, terem

sidio promovidos a postos hierarquicamente superiores durante o processo revolucionário. Com a acomodação das forças, houve uma tentativa de se restabelecer a hierarquia nas Forças Armadas. Nesse sentido, esses militares passaram a ser apenas comissionados com patentes inferiores às que tinham recebido durante o processo. Como descreve Giocondo Dias numa entrevista:

No processo de conspiração, cabos, sargentos e tenentes passaram a exercer funções nos quadros das Forças Armadas, muito acima da graduação real. Houve cabos promovidos, comissionados a sargento, segundo-tenente e outros postos. Sargentos foram guindados ao posto de capitão e houve até caso de capitão promovido a general de brigada, como por exemplo, o Juarez Távora. No processo de estabilização do poder oriundo de 30, houve a tentativa de voltar à situação anterior, em particular no Exército. Imagine: o indivíduo participa, atinge o grau de capitão e depois da vitória o máximo que consegue é tornar-se tenente comissionado. (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 53)

É importante destacar que a partir de meados de 1935 ocorreram séries de greves e de movimentos reivindicatórios que acabaram em sérios conflitos com a polícia. Essa onda de efervescência política levou alguns membros do Partido Comunista do Brasil (PCB) a interpretar que o país estava vivenciando uma fase pré-revolucionária. É o que demonstram as resoluções do Comitê Central dias antes da deflagração do movimento em Natal:

Nos últimos dias amadurecem as condições para o triunfo da Revolução Nacional no Brasil (...)

(...)

As greves gerais de massa nos estados do Espírito Santo, Bahia e Pernambuco (...) demonstram uma grande madureza revolucionária do proletariado. A greve geral na Paraíba, a greve dos operários da Great Western em Pernambuco, Paraíba, R..G. do Norte e Alagoas, assim como inúmeras outras greves mostram uma elevada decisão de luta pela ligação das reivindicações econômicas com o movimento de massas político, (...) nos últimos meses amadurecem impetuosamente as condições para o triunfo da Revolução Nacional no Brasil (VIANNA, 1995, p. 127-134).

Tal versão foi compartilhada por diversos autores, como demonstramos abaixo:

Na versão de alguns historiadores, as bases da Insurreição de 1935 começaram a ser sedimentadas a partir desse movimento grevista. Segundo Edgar Carone, os ferroviários da Great Western obtiveram um aumento de salários de 30% exatamente no momento em que a greve adquiria cada vez mais um caráter insurrecional. 'Foi igualmente essa luta que forneceu o impulso decisivo para a insurreição' – escreve Carone. Segundo ele, os soldados receberam ordens para atirar contra os trabalhadores, mas recusaram-se unanimemente a cumpri-las, preferindo confraternizar-se com os grevistas. (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 48)

Herdeira dos movimentos tenentistas, a ANL tinha, portanto, uma forte conotação militarista de tendências golpistas. É nesse sentido que os esforços de Prestes na tentativa de radicalizar as posições políticas da frente tenham encontrado eco em parte dos seus integrantes. Apontar como direcionamento do KOMINTERN esta mudança de rumo político da ANL nos parece um exagero. Em primeiro lugar,

devemos considerar que a ANL era uma frente antifascista, e embora contasse com uma grande participação de comunistas nos seus quadros, não podemos taxá-la de uma organização comunista. Em segundo lugar, vale citar Miranda: “pois só há e só pode haver um partido comunista” (A Classe Operária- Ano X, nº 179, Rio de Janeiro de 1935 in VIANNA, 1995, p. 37).

Portanto, afirmar que a ANL era um mero apêndice do PCB é uma posição que consideramos como um grave erro de interpretação. Mesmo levando em conta que dois dos seus mais ativos dirigentes, Sisson e Costa Leite, fossem comunistas ligados a Prestes. No trecho do artigo citado abaixo, Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, coloca bem clara essa separação:

Não queremos dizer que a orientação nacional-reformista já existe na ANL. A Aliança tem iniciado lutas como a apresentação do projeto de lei em favor do reajustamento e pelo não pagamento dos juros das dívidas externas”.

Mas, em alguns atos e nas publicações da ANL há coisas que fazem confusão e que já constituem uma ameaça para a sua orientação e para o seu programa, que é um programa revolucionário.

Dentre muitos exemplos podemos citar o convite para compor o diretório do Distrito Federal de elementos conhecidamente reacionários (...)

O empenho que faz a ANL, em convidar os elementos que queiram “lutar dentro da ordem e dentro da lei”, também dá um aspecto de tendência nacional-reformista

(...)

Se a ANL não pode dizer essas verdades, seria conveniente silenciar nessa questão de “ordem e lei” porque evitaria amortecer o espírito e a vontade de luta das massas (...).

Percebesse claramente que apesar de ANL possuir um programa progressista, a sua prática política não compactuava inteiramente com a linha de ação do PCB.(VIANNA, 1995, p. 32)

2.2 – A preparação para a insurreição nacional

Em abril, Prestes retornou clandestinamente ao Brasil, incumbido pela direção da Internacional Comunista de promover um levante armado para implantar um governo nacional-revolucionário. Contava com a colaboração de um pequeno, mas experiente, grupo de militantes comunistas estrangeiros entre os quais se incluía Olga Benário, uma agente do serviço secreto militar soviético (WAACK, 1993, p.94). A opção de Prestes por manter-se na clandestinidade em um momento em que a ANL crescia em todo o país demonstra suas intenções insurrecionais.

À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com freqüentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. A falsa aparência de que o governo estava inteiramente desarticulado, contaminou até mesmo o novo embaixador britânico no Brasil, sir. Hugh Gurney que chegou a enviar correspondência a Londres afirmando a possível queda do governo Vargas (WAACK)

No dia 5 de julho, em comemoração aos primeiros levantes tenentistas de 1922 e 1924, os alianciastas realizaram diversas manifestações públicas. Nessa

ocasião, superestimando em muito as perspectivas de uma revolução de massas de esquerda, foi lido um manifesto que finaliza com um indicativo de radicalização do movimento: “Abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora.” (SKIMORE, 1975, p.42).

Vargas aproveitou a grande repercussão do manifesto para utilizar a Lei de Segurança Nacional, recentemente aprovada e que dava ao executivo, poderes especiais para combater os subversivos. Como na nova legislação, Getúlio ordenou o fechamento da organização. Na ilegalidade, a ANL não podia mais realizar grandes manifestações públicas e perdeu o contato com a massa popular que com ela se entusiasmava. Ganharam força em seu interior os comunistas e os "tenentes" que defendiam a via insurrecional. Na verdade, no dia 2 de abril de 1935 o Comitê Central do Partido Comunista do Brasil havia recebido um telegrama de Moscou, no qual já se recomendava a adoção da palavra de ordem “todo poder a Aliança”, isto é, dois dias antes que fosse aprovada a Lei de Segurança Nacional. (WAACK p.120).

Ou seja, tudo leva a crer que enquanto a ANL fazia um trabalho de aliciamento e propaganda com uma militância tenentista e antifascista, o PCB, nos bastidores, quase à traição, planejava um movimento armado para a tomada do poder:

Nessa altura, a ala revolucionária do Partido Comunista, que havia rejeitado a tática de frente popular, pedindo, em seu lugar, um levante armado, funcionava com tal perfeição nas mãos de Vargas, que muitos participantes, mais tarde, concluíram que esses acontecimentos eram planejados por agentes do governo. (...) Em fins de novembro de 1935, os militares revolucionários das guarnições nordestinas de Natal e Recife promoveram uma quartelada. (...) Quando os militares comunistas rebeldes se movimentaram no Rio de Janeiro, os comandos locais tinham sido completamente alertados e a revolta foi completamente esmagada pelas forças do governo. (SKIMORE, 1975, p.43).

2.3 – Os levantes no Recife e no Rio de Janeiro

Ao saber do levante em Natal, o Comitê do Partido Comunista no Recife se reúne no final da noite do dia 23 de novembro (COSTA, 1995, p.113). Foram pegos de surpresa, devido a antecipação do levante do 21º Batalhão de Caçadores em Natal, pois o movimento estava previsto para ser deflagrado em fevereiro ou março de 1936 (BASBAUM, 1985, p.81). A direção delibera então, que a insurreição deveria iniciar-se imediatamente, antes que os quartéis do Recife entrassem de prontidão em virtude dos acontecimentos na capital potiguar.

No dia 24 de novembro, um domingo, o movimento deveria começar com a tomada da vila militar Floriano Peixoto, em Jaboatão dos Guararapes, município vizinho ao Recife. O sargento instrutor do Tiro de Guerra, Gregório Bezerra, deveria sublevar o quartel general da 7ª Brigada Militar, local onde também funcionava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

Entretanto, devido a uma série de erros, quando o movimento foi deflagrado a resistência legalista reagiu prontamente. “Por um erro básico as

instalações telefônicas não foram cortadas, o que permitiu contatos externos com as unidades militares dos estados vizinhos e com a polícia civil que logo foi mobilizada.” (COSTA, 1995, p. 114).

Na noite do dia 25, após intensos combates, os insurretos foram derrotados. A chegada das tropas legalistas de João Pessoa e de Maceió, aliada à falta de articulação entre os rebeldes facilitaram a derrota do movimento.

Enquanto isso no Rio de Janeiro, Prestes, apanhado de surpresa pela precipitação do levante em Natal e no Recife, decide juntamente com alguns alianciastas ligados ao Partido Comunista do Brasil (PCB) deflagrar o movimento no Rio de Janeiro em 26 de novembro. No entanto, o governo Vargas já tinha tomado todas as medidas necessárias para sufocar qualquer movimento insurrecional no Rio de Janeiro. Como demonstra o depoimento de Café Filho:

A 26 de novembro de 1935, em sintonia com o levante de Natal, estourou a luta armada no Recife, sob o comando de Silo Meireles.

Nesse dia, à noite, encontre-me na Cinelândia com Mário Câmara, que estivera no Catete e me disse:

-O governo espera para a madrugada uma revolução no Rio.”(CAFÉ FILHO, 1966, p. 81).

Os insurretos, comandados pelos capitães Álvaro de Souza e Agildo Barata, conseguiram tomar o comando do 3º Regimento de Infantaria e receberam o apoio de grande parte da tropa. Entretanto, não conseguiram sequer sair do quartel que já estava cercado por tropas legalistas. Após intensos combates, inclusive sendo bombardeados por canhões de navios de guerra e por aviões, os rebeldes renderam-se por volta do meio-dia de 27 de novembro (MENDES JR, 1989, p.143).

3.0 – A conjuntura no Rio Grande do Norte às vésperas do movimento de 1935

No início da década de 1930, Natal, a capital do estado do Rio Grande do Norte, era uma pequena cidade com aproximadamente 40.000 habitantes. Praticamente não havia indústrias, a não ser pequenos estabelecimentos. Os dados existentes quanto à produção industrial de 1936 revelam que, das 245 fábricas existentes no estado, a maioria, 151, era de calçados e 77 eram fabriquetas de bebidas, empregando um número muito pequeno de trabalhadores (Costa, 1995), o que significa que a cidade possuía um pequeno número de operários. Esse dado é interessante para analisarmos o papel do Partido Comunista do Brasil (PCB) no levante de 1935.

A cidade contava oficialmente com apenas oito bairros, com destaque para os bairros da Cidade Alta e Ribeira, onde estava concentrado o movimento comercial. No caso da Ribeira, o seu crescimento foi acelerado após a construção do Cais da Tavares de Lira (1869) e após o trabalho de dragagem no Rio Potengi, permitindo a entrada de navios de grande calado na barra do rio onde se localizava o cais do porto (MORAES, 1999, p.49)

A ampliação do porto em 1932 permitiu à cidade possuir um considerável movimento portuário. Navios estrangeiros partiam para a Europa carregados de diversos produtos, principalmente sal e algodão. Também havia um fluxo de navios brasileiros, tanto de cargas como de passageiros. Existiam três companhias de navegação em Natal e todas elas estavam localizadas na Ribeira.

Na verdade, a Ribeira era o grande pólo comercial da cidade, ali se concentravam as grandes lojas, as maiores empresas, hotéis e bancos da cidade. Era também onde se localizavam o Teatro Carlos Gomes, o jornal oficial A República e o famoso Café Cova da Onça, um dos pontos mais freqüentados pela elite da cidade e por membros do Partido Popular. A cidade também contava com serviços de vôos domésticos e internacionais. Os vôos regulares eram realizados por hidroaviões da Panair que aquatizavam no Rio Potengi. Apesar dessa aparente tranqüilidade de uma capital “provincial”, no campo político, o Rio Grande do Norte passou por momentos de sérios conflitos entre os dirigentes políticos. Na verdade, o vácuo de poder provocado pela Revolução de 1930 trouxe ao estado um clima de grave conflito entre a elite dirigente. Logo após da implantação do governo revolucionário surgiram os primeiros sinais do que estava por vir. O estado registrou a maior rotatividade de interventores do país.

Sobre a questão escreve Mariz (1984):

Inicialmente pode ser apontada a falta de habilidade política de alguns desses interventores que tinham mais idealismo do que estratégia política, a estrutura local alicerçada numa forte base agrária, com seus representantes dificultando a ação governista, por não se acomodarem as novas lideranças indicadas, o que comprova a inconsistência da revolução de se impor no Estado, as divisões dentro da própria ala governista que não se integrava ao espírito revolucionário como um todo e finalmente a falta de apoio do Governo Central aos seus representantes no Estado, o que demonstrava a preocupação do Governo provisório em não se incompatibilizar completamente com os políticos tradicionais. No sentido de integrar o RN aos objetivos revolucionários é patente uma atuação mais ativa de Távora do que do próprio Getúlio Vargas. (MARIZ, 1984, p.66-67).

Nesse sentido, podemos afirmar que o sistema interventorial da forma como foi idealizado funcionou como responsável pela alta rotatividade dos próprios interventores e como prelúdio da grave crise que se avizinhava.

A indicação dos interventores nos estados seguia determinados critérios: o de serem “estrangeiros”, pessoas alheias às facções políticas locais e o de que o escolhido fosse militar e recrutado entre os quadros do tenentismo. Estes requisitos hipoteticamente davam a garantia de uma administração com um caráter apolítico e racional, ingredientes considerados essenciais ao tenentismo.

Na verdade, o que se percebe é que ao tentar administrar “sem fazer política”, os interventores acabaram se isolado no cenário político local. Contribuindo para criar uma instabilidade política no período interventorial. O que de certa forma contribuiu para a alta rotatividade dos interventores. O alto grau de instabilidade política colaborou em muito para o retorno dos grupos políticos tradicionais, os quais, num primeiro momento, foram o principal alvo da revolução.

O cenário da crise começa a ser montado, em maio de 1932, com a convocação das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte. Os principais grupos políticos do estado procuram se organizar para a formação de partidos, visando à eleição. A oposição formada pelos tradicionais grupos oligárquicos, oriundos da velha estrutura do Partido Republicano, antecedeu-se ao governo e fundou o Partido Popular. A liderança do partido ficou a cargo do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros uma das mais importantes lideranças políticas da região do Seridó. O partido possuía um órgão de imprensa próprio, o jornal “A razão”.

Na verdade, o que se percebe nesse momento é que os principais personagens responsáveis pela implantação de um clima de instabilidade e insegurança que caracterizou o estado em meados da década de 1930, começaram a ensaiar a organização de suas forças políticas. A violenta eleição de 1934 foi justamente último *round*, no qual desencadearam as condições para a deflagração do movimento insurrecional de 1935.

Com o intuito de concorrer às eleições, o interventor Bertino Dutra também organizou as suas forças. E, com o apoio de Café Filho, fundou o Partido Social Nacionalista. As duas lideranças também buscaram apoio junto aos grupos tradicionais que na maioria dos casos eram divergentes ou desafetos do grupo de José Augusto e Lamartine, na sua maioria eram representantes das oposições municipais, das correntes que nos municípios, por motivos pessoais, por brigas entre famílias, por razões econômicas ou políticas foram desprezados durante a república oligárquica em favor de outras ‘facções’. O órgão de imprensa responsável pela divulgação do partido chamava-se “O Jornal”.

Esse dois órgãos de imprensa, de ambos os partidos, passaram a ocupar suas páginas com denúncias de violências e “compressões” por parte do adversário logo no início da campanha. O que vai demonstrar o clima de agitação que permeou todo o período eleitoral, com graves acusações de violências de parte a parte.

As eleições para a Assembléia Constituinte foram realizadas como programado, no dia 3 de maio de 1933. As oligarquias saíram vitoriosas das urnas, o que demonstra que elas ainda detinham toda estrutura eleitoral herdada ainda dos velhos PR’s. Essa eleição, portanto, foi mais um marco no movimento revolucionário. A partir desse momento, os tenentes passaram a ser cooptados pelo jogo político dos grupos regionais e, por conseguinte, o movimento se desarticula. Enfraquecidos politicamente buscaram o engajamento nos partidos políticos que se formaram pós a constituinte. Ao mesmo tempo, o governo central passou a reavaliar o quadro político

nacional, levando em consideração a participação dos velhos políticos “carcomidos”. Para que seus planos de eleição à presidência da República pudessem seguir adiante, Vargas necessitava nesse instante do apoio das velhas oligarquias estaduais, que demonstraram, com a vitória eleitoral, que ainda constituíam um grupo forte e coeso e por conseguinte merecedor de toda a atenção por parte do governo provisório:

Se Vargas dispunha de ampla maioria na Constituinte, isto não significava que ele aí obtivesse apoio automático; além disso a situação política continuava instável, do que davam provas: a situação nos quartéis, os movimentos na cúpula militar e as lutas entre facções políticas nos Estados. Vargas precisava assegurar a si próprio o apoio mais amplo possível. As bancadas dos grandes Estados, não obstante o seu situacionismo, obedeciam a lideranças relativamente autônomas,” (...) Por isso, Vargas prudentemente compôs-se com os grandes Estados e procurou se aproximar das facções oligárquicas que imprimiram derrota aos interventores em seus Estados, como foi o caso de São Paulo e Rio Grande do Norte. (SPINELLI, 1996, p.130-131).

Buscando ampliar e consolidar a sua base de apoio no estado, Vargas nomeou Mário Leopoldo Pereira da Câmara para a interventoria do Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, unificando a política local num momento em que os grupos políticos estavam em conflito provocado pela acirrada eleição que ocorrera há dois meses atrás e se anunciava um novo pleito para o ano seguinte. Buscava-se dessa forma, consolidar uma situação de apoio ao governo federal, ao mesmo tempo em que se tentaria impor uma nova liderança.

A nomeação de Câmara, a princípio, foi bem acolhida nos setores mais conservadores da política local. Embora afastado do estado há bastante tempo, tal fato não fora considerado um empecilho, muito pelo contrário. O seu afastamento acrescentava um ponto positivo, não envolvimento com as questões da política local em um momento em que crescia a agitação. É certo que Mário havia concorrido às eleições para a Constituinte pelo Partido Social Nacionalista, o partido de Café Filho. Mas sem nenhum envolvimento maior com as hostes cafeístas:

Mário Câmara fora candidato derrotado, pelo Partido Social Nacionalista, o partido de Café Filho à Assembléia Nacional Constituinte. Mas na expressão do seu irmão, Paulo Câmara, ele fora candidato do PSN sem, no entanto, ‘jurar bandeira’, quer dizer, sem maiores compromissos com o cafeísmo, o qual era abominado pelos setores mais tradicionais (SPINELLI, 1996, p. 131)

Além de possuir uma grande experiência no Ministério da Fazenda, como técnico em finanças, Câmara chegou a trabalhar no gabinete de Vargas. Era, portanto, pessoa de confiança do Chefe do Governo Provisório, o que em tese consistia em um fator de grande importância na medida em que poderia garantir o apoio do governo central às reivindicações da classe política.

Com a indicação de Mário Câmara, Vargas pretendia aproximar-se do grupo liderado pelo oligarca José Augusto de Medeiros e assim consolidar a sua base de apoio com a adesão do principal liderança conservadora do estado.

A princípio, o Partido Popular Ihe foi simpático. Parecia que a missão incumbida a ele por Vargas seria coroada de êxito. Entretanto, tal aproximação

deveria ser de tal forma que caberia a Câmara o controle político do grupo. Essa incumbência, entretanto, se revelaria posteriormente irrealizável.

Fracassada toda e qualquer possibilidade de negociação, o interventor poderia fundar um partido que desse sustentação política ao governo se existisse a possibilidade de derrota nas eleições estaduais, as orientações de Vargas permitiriam a Câmara uma aliança com Café Filho.

Para demonstrar que procurava o diálogo, a conciliação com os grupos conservadores, leia-se, Partido Popular, o interventor afastou Café Filho da Chefia da Segurança Pública. Considerado um radical, adversário intransigente das oligarquias locais, Café era um obstáculo à conciliação política em nível local. Entretanto, esse ato levou os cafeístas e simpatizantes a assumirem, em princípio, posições de enfrentamento ao governo estadual.

O interventor aos poucos promoveu uma certa liberalização, o que permitiu o reaparecimento dos jornais *A Razão* e *O Mossoroense* que haviam deixado de circular por decisão do ex-interventor Bertino Dutra. Ao mesmo tempo, os políticos populistas deportados, Eloy de Souza, Gentil Ferreira e Dinarte Mariz, puderam voltar ao estado.

Entretanto, esse liberalismo não atendia a todos os setores da sociedade potiguar, pois enquanto prosseguiam os atos de boa vontade em direção aos populistas, tal tratamento não era dispensado aos partidários de Café Filho que foram submetidos a ameaças policiais, tendo inclusive o seu órgão de imprensa, *O Jornal*, submetido à censura e ameaçado de empastelamento.

Entre agosto e setembro de 1933, Vargas, na tentativa de reforçar a sua candidatura à presidência constitucional, realizou uma demorada viagem pelos estados do norte e nordeste do país, o que lhe rendeu importantes dividendos políticos, como a adesão do Partido Popular, que oficializou o seu apoio à candidatura de Vargas em abril de 1934. Ao mesmo tempo, os populistas iniciam a preparação para as eleições à constituinte estadual.

A eleição de 1934 seria a primeira a ser realizada após a promulgação da Constituição. Nela, estava previsto que as eleições tanto para a Câmara Federal como para as Assembléias estaduais, seriam realizadas em 14 de outubro de 1934. Os eleitores elegeriam os deputados federais e estaduais, enquanto o governador e os senadores seriam eleitos pelas assembléias estaduais.

No final de janeiro, Mário Câmara viajou para a capital da República. Logo após o seu regresso foi procurado por integrantes do Partido Popular, os seus amigos João Câmara e Dinarte Mariz, para negociar uma aproximação com o líder populista, José Augusto. Pela proposta, o Partido Popular em troca do apoio ao governo pretendia substituir todas as autoridades que lhes fossem hostis e nomear correligionários para ocupar esses cargos. O partido ainda se dispunha a acolher os partidários do interventor, permitindo-lhes ocupar posições nos “diretórios locais, correspondente ao seu ‘prestígio’”. (SPINELLI, 1996, p.153).

O interventor considerou que a proposta apresentada pelos populistas levaria a uma completa sujeição do seu governo ao Partido Popular. A sua resposta foi a de formar uma nova agremiação política, denominada Partido Liberal. Este novo partido seria, de certa forma, controlado por Mário Câmara.

Na verdade, tanto a proposta dos populistas como a do interventor implicavam, sem sombra de dúvidas, na subordinação de um grupo ao outro. Apesar da insistência de Távora e de pedidos do próprio Vargas junto à bancada populista para que o acordo fosse viabilizado e o confronto evitado, os esforços foram em vão. O acordo político estava para ser sepultado antes de nascer:

Juarez Távora procurou no Rio de Janeiro abrir canais de negociação para salvar o acordo Mário Câmara-Partido Popular, mantendo entendimentos com seus parentes, Rafael e Vicente Fernandes, com Paulo Câmara e com os deputados do Partido Popular. Rafael Fernandes no entanto, o advertiu de que 'Mário colocava as cousas em terreno difícil'. Também José Américo participava dessas negociações, parecendo. Segundo Rosseli, simpático às propostas do Partido Popular, prometendo entender-se com Getúlio. (SPINELLI, 1996, p.154)

Em razão do que foi colocado anteriormente é fácil deduzir que este não era o desenlace previsto por Vargas. Na verdade, Getúlio provavelmente pretendia apoio do grupo político mais estruturado politicamente que no momento era o Partido Popular. É preciso ressaltar que o chefe do Governo Provisório há muito reconhecia a liderança de José Augusto. Só para termos uma idéia do reconhecimento dessa liderança, Vargas chegou a convidá-lo, à época da Aliança Liberal, para compor a sua chapa como vice-presidente.

O fracasso do acordo entre populistas e o interventor levaram as duas forças políticas a disputarem a eleição como ferrenhos adversários. Esse confronto, que se caracterizou pelo radicalismo e violência política foi, no nosso entendimento, o ponto de partida para a deflagração do movimento de 1935.

3.1 - As eleições de 1933 e a interventoria de Mário Câmara

As eleições de 1934 trouxeram para o estado um clima de grande turbulência política. Na verdade, percebemos já na eleição de 1933, o início do processo de radicalização que perpassou todo esse procedimento e desaguou no movimento insurrecional de 1935. Essa luta pela hegemonia na política estadual entre duas facções da camada dirigente contribuiu para que movimentos populares notadamente de esquerda se articulassem no estado. Essa situação foi facilmente perceptível na organização dos sindicatos da zona salineira, região de maior concentração de trabalhadores no estado. E no surgimento do movimento armado conhecido como "guerrilha do Açú".

A divisão dos setores conservadores está intimamente relacionada com a falta de habilidade do interventor em conduzir o processo político. Como salientamos, a elite local já havia se dividido na eleição de 1933. E a facção vitoriosa, embora não fizesse uma oposição sistemática ao líder do governo provisório, não lhe era submissa. O que de certa forma preocupava Vargas. Mário Câmara foi então escolhido, pelo próprio Vargas, para tentar abrir um caminho de negociação para o grupo de maior densidade eleitoral do estado.

Entretanto, ao tentar impor, logo no início de sua atuação, uma força política que não possuía, Câmara perdeu uma ótima oportunidade de fortificar a sua posição na política local. Não percebeu que com o apoio do grupo mais forte eleitoralmente poderia posteriormente projetar-se como uma liderança estadual. A falta de experiência política atrelada à convicção do interventor estaria atendendo as orientações de Vargas, contribuiu para uma tomada de decisão equivocada que levou

o estado a mais turbulenta eleição da sua história. E este clima de tensão e violência vivenciado durante todo o ano de 1934 foi um dos fatores mais significativos para o desencadeamento do movimento insurrecional de 1935.

Com o fim do processo de negociação, as duas maiores forças políticas do estado (maristas e populistas) partiram para o confronto. Durante todo o processo eleitoral foram utilizadas toda sorte de manobras e ações por ambos os lados. O importante era alcançar a vitória, a qualquer preço.

Entre abril e maio de 1934, dois episódios ocorridos no interior do estado irão dar a tônica de com seria o clima da campanha eleitoral. No final de abril, na cidade de Parelhas, o prefeito local, Ageu de Castro, com o auxílio do subdelegado, espancaram um eleitor populista. Pouco depois, no dia 2 de maio, em Apodí, o líder populista local, Francisco Pinto, foi assassinado. O Partido Popular acusou o prefeito local de envolvimento com o crime.

Enquanto as duas facções se digladiavam na arena local, Vargas, que até pouco tempo atrás estimulara a aproximação entre os dois grupos, assumia neste momento uma postura de aparente neutralidade:

O período 1933-35 testemunhou uma crise de acomodação entre o poder central e a classe dominante local, no Rio Grande do Norte. O fato de que a crise tenha sido tão prolongada (o último Estado a dar posse ao governo constitucional) e de que **o seu desfecho só tenha se dado, com a insurreição comunista de novembro de 1935 (grifo nosso)** foi decorrente em larga medida, da ambigüidade política ou da extrema manipulação de Vargas, apoiando aparentemente, ao mesmo tempo, as duas correntes em luta (a facção interventorial e a dos políticos ligados ao 'antigo regime' e postergando uma solução definitiva.) (SPINELLI, 1996, p.128).

Com as duas partes assumindo a impossibilidade de acordo, Mário Câmara buscou consolidar o seu espaço. Após consultar Vargas, decidiu fundar um novo partido. O principal objetivo da nova agremiação política era impedir que o controle do executivo estadual voltasse às mãos de José Augusto e Lamartine. Nesse período, foi procurado por membros do Partido Social Nacionalista, liderado por Café Filho. A proposta era a formação de uma frente única para se opor ao Partido Popular. Entretanto, a postura oposicionista do deputado cafeísta Kerginaldo Cavalcanti durante a constituinte foi, nesse momento, o empecilho ao acordo.

No dia 26 de junho de 1934, Câmara fundou o Partido Social Democrático, em reunião realizada em casa de seu pai, o advogado Augusto Leopoldo da Câmara. Tendo como presidente o recém desligado do Partido Popular, o deputado Francisco Martins Veras.

Nesse primeiro momento, o interventor procurou em um trabalho de articulação arregimentar as suas próprias forças. O seu alvo principal foi à “região” do Seridó, onde havia uma maior concentração das forças populistas.

Na tentativa de consolidar o seu poder no interior do estado, Câmara utilizou a máquina estatal para impor algumas medidas. Muitas delas arbitrárias, que iam de encontro aos princípios constitucionais vigentes desde a promulgação da Constituição em julho 1934. Com a justificativa de que haviam sido reabertas as inscrições para o alistamento eleitoral, criou mais 32 cartórios eleitorais, nomeando pessoas de sua confiança para administrá-los. Em meados de julho de 1934, sob o pretexto de atender a argumentação do presidente do Superior Tribunal de Justiça do Estado, que alegava a sobrecarga de trabalho, nomeou mais dois desembargadores

para o tribunal. É importante frisar que tais medidas, embora questionáveis do ponto de vista moral, não feriam a legislação.

Na área policial, a interferência de Mário Câmara se deu de forma mais contundente. Diversos delegados foram substituídos, oficiais foram remanejados e foi recrutado um grande número de homens, inclusive fora do estado, para compor a tropa da Polícia Militar. Assim descreve o quadro o Dr. João Medeiros Filho, delegado auxiliar de polícia da capital que assumiu interinamente a Chefia de Polícia:

Em 1934, por exemplo, exonerei-me das funções do cargo de Delegado Auxiliar, no exercício pleno das de Diretor-Geral do Departamento da Segurança Pública por não concordar com a demissão em massa de autoridade policiais e respectivos suplentes supostamente vinculados ao Partido Popular, com a substituição automática por elementos reconhecidamente sem idoneidade moral e profissional, alguns [foram] demitidos anteriormente justamente por esse motivo. Só com os municípios de Santa Cruz e Baixa Verde compreendiam 16 demissões. É que pretendia montar uma máquina de fazer votos a custa da Polícia (MEDEIROS FILHO, 1980, p. 09).

Na tentativa de aplinar toda e qualquer tentativa de oposição, o interventor substituiu o comandante da polícia militar, o tenente do Exército, Ney Peixoto, ligado aos populistas. Entretanto, Peixoto ao deixar o comando fez recolher ao quartel da 7ª Região Militar boa parte do armamento da Polícia Militar. E, segundo Mário Câmara, (SPINELLI, 1996, p.164) dedicou-se ao trabalho de proselitismo entre sargentos e praças da polícia em favor do Partido Popular.

A pressão da interventoria não arrefeceu as outras forças partidárias. Tanto o Partido Social Nacionalista de Café Filho quanto o Partido Popular de José Augusto passaram a dedicar-se ao trabalho de proselitismo partidário, promovendo comícios e caravanas para o interior do estado. Na verdade, os populistas já estavam a algum tempo em campanha, apenas aceleraram as suas atividades.

Com o início da campanha eleitoral, o clima político ficou cada vez mais agitado. Em diversos municípios do interior ocorreram cenas de violência durante a realização dos comícios. Diariamente, os jornais de Natal A Ordem - órgão do Partido Popular - e A República - do partido do interventor -, traziam referências a estes acontecimentos ocorridos no interior do estado. Cada um dando a sua versão sobre o fato.

Um dos incidentes que geou uma grande repercussão foi o ocorrido no dia 13 de agosto na cidade de Parelhas, quando um comício do Partido Popular, chefiado por José Augusto, acabou em tiroteio. Em decorrência do conflito um indivíduo morreu e mais dois ficaram feridos. Como de costume, ambas as partes, através de seus respectivos jornais, acusaram-se mutuamente.(COSTA, 1995, p.38).

SPINELLI descreve as duas versões:

Há duas versões sobre o incidente. Uma delas vinculada pelos deputados adeptos do Partido Popular, atribui o fato a uma provocação, organizada pelo prefeito da cidade, Ageu de Castro, que teria armado 'bandidos' com o fim de impedir o comício. Estes, quando o comício já terminava, atacaram a bala os caravaneiros populistas, que reagiram buscando armas no Tiro de Guerra local. Do conflito, resultou a morte de um suposto 'atacante', conhecido pela alcunha de Sabiá, e ferimentos leves em dois caravaneiros. A outra versão, da corrente simpática a Mário Câmara, afirma que o Partido Popular deliberadamente tinha provocado o incidente, conduzindo à Parelhas homens armados, sob o comando do capitão do

Exército Everardo Barros, que teria atacado o destacamento de polícia local com o objetivo de caracterizar uma situação de desordem generalizada.(SPINELLI, 1996, p.164-165)

Esse episódio foi muito bem explorado pelos populistas que conseguiram inclusive divulgá-lo na capital da República, dando repercussão nacional ao conflito. O jornal fluminense, O Diário da Noite, era um veículo que sempre endossava as acusações dos populistas e assim dava repercussão nacional às denúncias.(COSTA, 1995, p.38).

Apesar das inúmeras denúncias, de ambos os lados, a efervescência política da campanha eleitoral não parava de crescer. Logo após o incidente em Parelhas, Mário Câmara recebeu em sua residência um grupo composto por dois oficiais do 21º Batalhão de Caçadores e um da Polícia Militar. Levavam consigo um telegrama que, segundo os mesmos, fora enviado pelo comandante do batalhão, o major Adalberto Pompílio da Rocha, aos seus superiores, o ministro da guerra e ao comandante da 7ª Região Militar. Nele, o major denunciava a incapacidade do interventor em manter a ordem pública, situação que exigia a constante intervenção da força federal para conter os excessos.(SPINELLI, 1996 p.165). Segundo o interventor, o grupo sugere sua renúncia. (COSTA, 1995 p. 38).

Esse episódio é significativo porque demonstra o grau de envolvimento político dos oficiais do 21º BC quanto da Polícia Militar. Um dos envolvidos era o primeiro-tenente Ney Peixoto que foi exonerado anteriormente por Câmara do comando da polícia militar, devido às suas ligações com o Partido Popular e se encontrava servindo no 21º BC. O retorno do tenente Ney Peixoto para o Rio Grande do Norte, onde passou a usar seu prestígio de oficial do Exército em favor do Partido Popular, provocou um grande desapontamento no interventor, que considerava o caso como uma desmoralização da sua posição frente ao governo federal.

Essa situação constrangedora vivenciada pelo interventor está relacionada à ambigüidade da política adotada por Vargas. Se por um lado demonstra apoiar o interventor, por outro, permite que seus adversários mais ferrenhos permaneçam no estado contra a vontade do próprio Câmara. Ao mesmo tempo, consente colocar que o Partido Popular possuía bons interlocutores na esfera federal e que, portanto, não eram considerados adversários do governo como o interventor pretendia demonstrar.

Esse espaço dos populistas no governo federal atrelado à desconfiança que parte da oficialidade do 21º Batalhão de Caçadores sentia em relação a Mário Câmara, serão definidores do posicionamento que Vargas tomará no aguçamento da crise após a eleição de Rafael Fernandes ao governo estadual em 1935.

Sentindo-se pressionado por um grupo de militares que insinuaram a existência de um pretense golpe para derrubá-lo, o interventor pediu apoio ao comandante da Escola de Aprendizes de Marinheiros e de uma corveta da Marinha Brasileira que se encontrava ancorada no porto, recebendo desses a garantia que sua autoridade seria mantida.

Após informar da inexistência de qualquer telegrama enviado pelo comandante do 21º Batalhão de Caçadores, o Ministro da Guerra ordenou ao comandante da 7ª Região Militar, Gen. Rabelo, a apuração do envolvimento de militares em questões de natureza político-partidárias. Como consequência dos episódios, o Tiro de Guerra de Parelhas foi desarmado e o major Adalberto Pompílio da Rocha foi afastado do comando do 21º Batalhão de Caçadores.

Entretanto, o clima de confronto entre as duas agremiações partidárias permanecia. O interventor continuava com a sua política de remanejar as autoridades

policiais ligadas aos populistas. Ao mesmo tempo, cresciam as denúncias de espancamentos de membros do Partido Popular. Os populistas denunciavam também o envio de tropas de jagunços para o Seridó e a prisão indiscriminada de correligionários, inclusive os protegidos por *habeas corpus*.

No final de abril de 1934, a classe trabalhadora, refletindo o que se passava em nível nacional inicia uma recuperação do movimento grevista. O crescimento da mobilização do movimento operário em Natal, Mossoró e no vale do Açu elevou ainda mais a temperatura da política local. Não deixaram de existir acusações recíprocas dos grupos oligárquicos no tocante a instrumentalização dos movimentos operários com o objetivo de criar um ambiente propício para a deflagração de golpes ou servir de pretexto para uma intervenção federal no estado

4.0 - UM CENÁRIO CONFLAGRADO: O RIO GRANDE DO NORTE ÀS VÉSPERAS DA ELEIÇÃO DE 1934

Ao término do mês de agosto de 1934, o líder populista José Augusto apresentou junto ao Tribunal Superior Eleitoral, uma farta documentação na tentativa de provar as supostas arbitrariedades cometidas por Mário Câmara na condução do processo eleitoral. A estas acusações, o interventor respondeu através de uma representação enviada ao tribunal, na qual justificava o aumento do número de cartórios em virtude do crescimento do número dos eleitores. Quanto ao aumento do efetivo policial, justificava afirmando que o contingente era insuficiente para atender a demanda do estado. No tocante a substituição das autoridades policiais, Câmara alegou que as substituições eram rotineiras e estavam sendo utilizadas como arma eleitoral pelo Partido Popular.

Por outro lado, setores importantes da sociedade norte-riograndense, como a Associação Comercial de Natal, o Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil. Enviaram correspondências a diversas autoridades federais, denunciando o clima de insegurança e violência que o estado estava mergulhado e acusava o interventor de ser responsável pela sua existência.

Preocupados com o desenrolar dos acontecimentos, os deputados federais do Partido Popular procuraram o Ministro da Justiça, Vicente Rao, para denunciar o clima de tensão existente no estado em virtude, segundo eles, dos procedimentos adotados pelo interventor. Os populistas temiam a utilização da máquina do Estado para assegurar a vitória da situação. Após a exposição da situação, conseguiram do ministro o envio de um observador com a missão de acompanhar o desenrolar das eleições. Entretanto, a presença do observador não alterou o quadro de tensão existente. Os jornais, principalmente A Razão, do Partido Popular, continuaram a denunciar o clima de intranqüilidade vigente.

Outra vitória conseguida pelos populistas foi a autorização, enviada pelo Supremo Tribunal Eleitoral ao Tribunal Regional, permitindo a requisição de tropas federais para acompanhar a eleição no Rio Grande do Norte.

No início de setembro, o Partido Social Nacionalista fundado por Café Filho, realizou o seu congresso visando à eleição que se aproximava. Lançando-o candidato a uma vaga na Câmara Federal. Neste período, Mário Câmara procura Café na tentativa de formar uma frente única contra os populistas. Ambos tinham consciência do poder do Partido Popular e que era quase impossível derrotá-lo sem unificarem as forças. Dessas conversações surgiu a Aliança Social, que reunia os partidários do interventor e cafeístas. Câmara foi o escolhido para disputar a eleição para governador.

Com a formação da Aliança Social, a situação passa a contar com dois jornais diários, O Jornal e a República, apresentando o Partido Popular como “o partido da grande burguesia” (COSTA. 1995, p.42).

No dia 23 de setembro, o Diário da Noite, do Rio de Janeiro, afirmava que o estado estava vivenciando “uma das mais tumultuadas eleições do Brasil” (COSTA, 1995 p.40). Neste mesmo dia, o Partido Popular realizou a sua convenção em Natal, na residência do “C^{el}” João Câmara. O nome de Rafael Fernandes foi apontado para disputar a eleição para governador. Fernandes trazia o apoio dos grandes grupos ligados aos ramos de exportação de sal e algodão. Com bases muito bem organizadas nas regiões Oeste e Seridó, a sua candidatura era considerada praticamente imbatível:

Entretanto o quadro não estava ainda definido e os conflitos se acentuaram com os métodos empregados pela política governista. Câmara e nova missiva a Vargas, revelou seus temores com relação aos boatos de que os adversários não deixariam que ele assumisse, caso fosse o vencedor. E denunciou o aparecimento de um ‘surto de comunistas em Areia Branca’, que já se espalhara até Mossoró e Macau. Fundamentava sua acusação com a presença do ex-sargento e tenente comissionado José Pessoa de Melo que tomara parte no movimento sediciosos em Recife, em 1931, e que se encontrava servindo no 21º, “infringindo as ordens superiores”. Na véspera da eleição, esse militar fora para o Seridó, fardado, “cabalar votos em favor de José Augusto” (MARIZ, 1984, p. 126).

Além do Partido Popular e da Aliança Social, mais dois partidos participaram da eleição de 4 de outubro: o Partido União Operária e Camponesa do Brasil que dava o amparo legal para os comunistas concorrerem à eleição, visto que o Supremo Tribunal Eleitoral tinha negado o registro ao Partido Comunista do Brasil. O Partido possuía dois núcleos bem estruturados em Natal e Mossoró, especialmente nesta última, onde o partido controlava o sindicato dos salineiros, a maior e mais importante categoria de trabalhadores do Estado. Na verdade, a influência dos comunistas no Oeste do estado era bastante significativa em razão da presença do partido na organização da maioria dos sindicatos da região:

Em Natal, no ano de 1935, além da direção de sindicatos como sapateiros, funcionários públicos, motoristas e estivadores, organiza poucos núcleos da ANL de abril a julho e inicia o trabalho de organização dentro do quartel do 21º BC, congregando fundamentalmente cabos e sargentos. Esse será um aspecto importante para compreender a insurreição em Natal, porque terá início no quartel e sob a direção de militantes comunistas que já atuavam. (COSTA, 1995 p.65)

O terceiro partido formado era a Ação Integralista Brasileira. O movimento conseguiu constituir diversos núcleos no interior do estado, principalmente na região do Seridó, área de influência do Padre Walfredo Gurgel. Ao contrário dos comunistas, os integralistas eram bem aceitos por alguns setores do poder, visto que a organização possuía uma coluna diária no jornal oficial do governo do Estado e contavam com a simpatia de uma parte significativa do clero.

Com a aproximação das eleições, a situação agravou-se ainda mais. Temendo a crescente radicalização do processo eleitoral, o ministério de Justiça determinou o afastamento temporário de Mário Câmara do cargo de interventor. Mas essa medida, juntamente com a nomeação de um observador e o envio de tropas federais, não foi suficiente para impedir a onda de violência que percorreu todo o estado. A véspera e o dia da eleição foram marcados por todo tipo de violência e “compressões”, com a troca de acusações entre populistas e maristas. Os populistas acusavam o interventor de utilizar o aparato da polícia militar na tentativa de impedir os seus correligionários de exercerem o direito de votar, a utilização de piquetes nas estradas que davam acesso às sedes dos municípios foi uma prática muito utilizada pela força pública. “Em Caicó, principal município do Seridó, o Partido Popular acusava a presença de mais de cem soldados, armados de fuzis e metralhadoras, sob o comando de dois tenentes” (SPINELLI, 1996, p. 177).

Quanto à reação dos populistas, não podemos considerar que foram apenas vítimas no processo. É importante percebermos que os populistas contavam com o apoio de uma parte significativa de oficiais do Exército e da maioria dos “coronéis” que, com os seus jagunços, também praticavam toda sorte de violência e intimidação

junto aos eleitores. O que nos leva à conclusão que a violência era recíproca, salientando que a interventoria controlava todo o aparelho repressivo oficial e, por conseguinte, possuía meios mais eficazes de repressão.

Enquanto a campanha eleitoral se desenrolava, os conflitos entre os partidários das principais correntes em jogo se acirravam. Boatos que espalhavam toda a sorte de notícias eram comuns em um ambiente contaminado por uma forte turbulência política. Os métodos truculentos empregados pela polícia governista eram cada vez mais freqüentes e alvo de denúncias no jornal da oposição. Apesar do clima de instabilidade, as eleições ocorreram como estava previsto. No dia 14 de outubro, cerca de 47.000 eleitores compareceram as urnas. Entretanto, nos dias que se seguem à apuração dos resultados a tensão permanece. O Partido Popular e a Aliança Liberal trocam acusações mútuas e ambos encaminharam recursos ao Tribunal Eleitoral com denúncias de violência praticadas contra os seus partidários.

No dia 25 de novembro saiu o resultado da apuração, dando a vitória ao Partido Popular. A Aliança Social, não concordando com o resultado, entra com um recurso junto ao tribunal eleitoral solicitando a impugnação de várias urnas em cidades do interior. O Tribunal considerou procedente o recurso da Aliança. Nesse sentido, determinou que deveriam ser realizadas eleições suplementares em cerca de 23 municípios do estado, (o estado possuía 41), que deveriam ocorrer entre os dias 3 e 28 de fevereiro de 1935. Com datas diferentes para os diversos municípios onde ocorreriam eleições.

A decisão do Tribunal Regional Eleitoral de determinar a realização de eleições complementares elevou novamente a temperatura política no estado. Nesse momento de insegurança, de violência e de abuso de poder, a virola era o símbolo das arbitrariedades. As surras humilhantes impostas aos adversários políticos eram uma constante. Não escaparam nem pessoas de respeito, como o caso do Coronel Felinto Elísio liderança “perrepista” em Jardim do Seridó e o Padre Esmerindo Gomes, de São Tomé.

Em Jardim do Seridó, reduto dos “perrés”, como em quase todo o Seridó, a Aliança Social sofreu uma grande derrota. Na tentativa de demover os populistas de comparecerem às urnas nos dias das eleições foram utilizadas toda a sorte de mecanismos, inclusive prisões arbitrárias, espancamentos e mortes.

O caso do Sr. Felinto Elísio, líder político na cidade de Jardim do Seridó, exemplifica muito bem o procedimento adotado pela polícia militar. Na verdade, a polícia militar foi usada pelo governo Mário Câmara como instrumento de coação junto aos seus adversários políticos. O depoimento do velho líder jardinense demonstra os métodos empregados pela polícia:

Para evidenciar melhor a intenção do governo em afugentar, por todos os meios ao seu alcance, o eleitorado populista às eleições complementares, em face das violências praticadas por toda parte e em todos os lugares, basta dizer que logo após o ignominioso atentado de que fui vítima, o infame sargento, mostrando-se ‘surpreso’ e ‘penalizado’ do que acabava de acontecer, disse-me estas palavras – ‘O que acaba de suceder, o senhor não dirá a ninguém; e quem o divulgar na cidade, terá que sofrer muito!...O Senhor não vá á eleição, porque não votará, e também não votará nenhum eleitor do Partido Popular.(GUERRA FILHO, 2001 p. 77).

Ao mesmo tempo, eclodiu em Natal uma greve dos operários da Companhia de Força e Luz Nordeste do Brasil. Entre os dias 12 e 19 de fevereiro,

Natal ficou sem os serviços de bondes, luz e água, a cidade ficou praticamente paralisada com a adesão de outras categorias ao movimento.

A Cia. de Força e Luz era uma empresa de capital estrangeiro e detinha em Natal o monopólio do serviço de bondes, do fornecimento de energia elétrica, do abastecimento de água o do serviço telefônico. Os trabalhadores reivindicavam um aumento salarial de 40% e 8 horas de trabalho. (SPINELLI, 1996, p.183).

Um dos aspectos mais interessantes desse movimento foi o posicionamento do órgão oficial da imprensa, A República, que aponta o movimento como justo e ao mesmo tempo faz severas críticas a companhia, acusando-a de explorar os seus empregados e “de prestar o pior serviço de bondes do país” (SPINELLI, 1996, p.183):

A gravidade da situação revela-se na reação do comando da 7ª Região Militar, com sede em Recife, determinou ao comandante do 21º Batalhão de Caçadores que intervisse para pôr fim à paralisação, e pela presença em Natal, do advogado da empresa do Rio de Janeiro, Dr. Máximo Luz. A intervenção do comando do Exército e a ameaça de ocupação militar das instalações materiais da empresa e de repressão ao movimento fizeram com que as negociações, já interrompidas, fossem retomadas. (...) Finalmente depois de uma semana de greve, e após de algumas concessões por parte da empresa, a paralisação foi suspensa (...). (SPINELLI, 1996, p.184)

Ao mesmo tempo em que ocorria o movimento grevista na capital, o clima de agitação política e de insegurança crescia cada vez mais no interior do estado. As denúncias de que a interventoria estava utilizando cada vez mais o aparelho repressivo policial contra os seus adversários políticos eram cada vez mais frequentes.

De certa forma, o governo Mário Câmara justificava as ações policiais como uma tentativa de desarmar a população, e assim trazer um clima de tranquilidade as eleições suplementares. No entanto, o que ocorria era a utilização de volantes da polícia percorrendo o interior do Estado, coagindo lideranças políticas adversárias, sob o pretexto de desarmar a população.

Foi justamente à atuação de uma volante no município de Acari que gerou um dos episódios de maior repercussão, tanto na imprensa local quanto na nacional. Comandados pelo Tenente Rangel, delegado comissionado do vizinho município de Parelhas, um grupo de militares se dirigiu à fazenda Ingá de propriedade do engenheiro agrônomo Otávio Lamartine, filho do ex-presidente do estado, Juvenal Lamartine. Lá sob o pretexto de desarmá-lo, o tenente Rangel, juntamente com seus comandados o assassinaram. Sem citar a fonte, Guerra Filho (2001) assim narra o episódio que levou à morte de Otávio:

O Jornal ‘A Razão’, propriedade do Partido Perrepista, atentara contra a vida particular do interventor Mário Câmara, publicando uma charge, cujo conteúdo merece repúdio, tendo em vista o desrespeito à dignidade da pessoa humana. Isso irritou grandemente o interventor, a ponto de mandar buscar em Recife Oscar Matheus Rangel, comissiona-lo delegado de Parelhas e autoriza-lo a fazer absurdos.(...)
(...)

O tenente aproxima-se com a tropa e lhe dá voz de prisão. Aí, inicia-se um diálogo. Dr. Octávio lhe apresenta um Habeas Corpus. O tenente o leu e disse assim: ‘Isso o impede de ser preso; não o impede de morrer (GUERRA FILHO, 2001, p. 85)

A participação do tenente Rangel nesse episódio, demonstra que a sua função na região era justamente coagir as lideranças populistas. Somente assim podemos justificar a participação do delegado de Parelhas nesse trágico acontecimento. Segundo Guerra Filho, “os policiais eram em número de onze. Tenente Rangel desconhecia a região, fato que levou a errar a entrada da fazenda, quando vinha de Parelhas, indo sair em Acari. Lá chegando, passou a coagir as pessoas no sentido de lhe ensinarem o caminho certo.” (GUERRA FILHO, 2001 p, 87.)

Com esse assassinato a imagem do interventor foi maculada. “Segundo as denúncias do jornal A Razão, (...) o engenheiro fora assassinado por (...) ‘homem de confiança do interventor’”. (COSTA, 1995, p.45):

Par se ter uma idéia das implicações deste assassinato político de grande repercussão, o próprio Câmara comentou com seu secretário que o crime teria sido um erro político de seus amigos e que, a partir daí, sua candidatura a governador estava irremediavelmente comprometida. (SPINELLI, 1996, p.185).

5.0 – A CRISE POLÍTICA APÓS A ELEIÇÃO DE 1934

Mesmo após a conclusão das eleições suplementares, os ânimos continuaram exaltados. Uma demonstração clara que a situação estava praticamente sem controle foi o grave episódio ocorrido em Natal.

Em pleno carnaval, a cidade foi palco de um grave conflito que envolveu soldados do 21º Batalhão de Caçadores e a guarda civil criada por Mário Câmara e composta por cangaceiros e jagunços de outros estados. O resultado do confronto foram cinco feridos e seis pessoas mortas, dois soldados, dois integrantes da guarda civil e dois populares:

No caso de Natal, entretanto, parece-nos que as questões locais tinham precedência: as divergências entre o interventor e o 21º Batalhão de Caçadores, que se manifestaram em vários momentos, traduziam-se em severa hostilidade entre aquele Batalhão e a Guarda Civil. Segundo o então 2º delegado auxiliar da capital João Maria Furtado (um dedicado cafeista), em suas memórias, as desordens foram coordenadas por elementos do Partido Popular em articulação com oficiais do Exército e tinham como objetivo o assassinato de Mário Câmara, o qual alertado deixou de comparecer aos festejos carnavalescos. (SPINELLI, 1996, p.188).

Percebe-se claramente nesse episódio, duas situações. A primeira é que as duas facções que disputavam o poder possuíam controle sob parte do aparelho militar do estado. A segunda é que o envolvimento dos militares na política local tinha levado a uma situação de conflito aberto entre as duas forças militares. O estado estava à beira de uma insurreição militar que tinha como objetivo o domínio de uma das facções em disputa.

No dia 16 de março de 1935, Mário Câmara enviou uma carta ao ministro da Guerra, Góis Monteiro, nela o interventor denunciava a existência de um plano para um levante no estado que seria deflagrado no final do mês. Denunciava também a presença do capitão Otacílio Alves do 29º Batalhão de Caçadores, sediado no Recife, que seria o elo entre Natal e a capital pernambucana. O capitão Otacílio tinha participado ativamente do processo revolucionário e tornou-se posteriormente um elemento de destaque na insurreição em Pernambuco.

A vinda do capitão a Natal pode ser considerada como início da preparação para o levante do 21º BC – que estava sendo articulado em outros quartéis do nordeste, (...)

E em segundo lugar, é provável que o interventor procurasse envolver o 21º BC, que lhe era declaradamente hostil com denúncias de tentativa de golpe. (COSTA, 1995, p. 46).

No dia 2 de abril de 1935, o Tribunal Regional Eleitoral publicou o resultado das eleições, dando a vitória à Aliança Social. No entanto, os aliancistas não puderam comemorar, pois os resultados foram imediatamente contestados pelos populistas.

É nesse clima de radicalismo e de insegurança que foi fundada a Aliança Nacional Libertadora. Sob direção do jornalista Joaquim Galvão (diretor do jornal A República na interventoria de Cascardo). Apesar do espantoso crescimento que o

movimento obteve nos outros estados da Federação, a ANL em Natal, não obteve o crescimento alcançado em outras capitais. Reunindo apenas uns poucos seguidores que não conseguiram realizar nem mesmo uma manifestação significativa:

As únicas manifestações públicas ocorreram quando da vinda de uma caravana aliancista do Rio de Janeiro (...) passando em Natal em junho de 1935. Tendo Roberto Sisson e João Cabanas à frente, é realizado um comício em frente ao palácio do governo (que será usado depois pela oposição contra Mário Câmara, acusando-o de ser conivente com os comunistas), que no entanto não atraiu um número muito grande de pessoas. (COSTA, 1995, p. 66).

O clima de efervescência política não era privilegio da capital do Estado. Logo no início de julho, a cidade de Mossoró foi paralisada por um movimento grevista que se iniciou com os operários da estrada de ferro e posteriormente recebeu a adesão de outras categorias de trabalhadores, como os salineiros de Mossoró e Macau. Temerosa com a extensão do movimento, a direção da *Great Western* acata as exigências salariais dos trabalhadores e a greve termina.

Ao mesmo tempo, irrompeu na várzea do Açu, um movimento armado, organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB). Nesse período, o estado estava sendo governado interinamente pelo Sr. José Lagrega, diretor do Departamento da Fazenda do Estado, que ao tomar conhecimento dos fatos envia destacamentos de polícia das cidades de Açu, Angicos, Santana do Matos e Macau para combater os rebeldes do Vale do Açu. Nesses combates alguns integrantes do movimento foram presos, inclusive o seu líder, Manoel Torquato, que posteriormente conseguiu escapar. As notícias sobre a “guerrilha” do Vale do Açu e sobre a greve em Mossoró repercutiram nos jornais da capital da república que colocavam em dúvida a capacidade das autoridades locais em manter a “ordem” (SPINELLI, 1996, p. 193).

No dia 11 de julho, o governo federal através do decreto nº 229 e com base na lei de Segurança Nacional aprovada em abril, determinou o fechamento da ANL. O governo utilizou o violento discurso de Prestes em comemoração ao levante do Forte, no qual ele finalizava com a frase “todo o poder a ANL” como o pretexto para a utilização da Lei de Segurança Nacional.

Portanto, dois meses após ter sido fundada no estado, a ANL foi fechada sem conseguir fazer nenhuma grande manifestação. Os poucos núcleos que funcionavam no estado, inclusive dentro do 21º Batalhão de Caçadores, deixaram formalmente de existir. Não havendo nenhuma manifestação contrária a atitude tomada pelo governo

Somente no dia 16 de outubro de 1935, foi finalmente publicado o resultado final das eleições no Rio Grande do Norte. O Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade de votos, proclamou a vitória do Partido Popular que elegeu 14 deputados contra 11 da Aliança Social e autorizou o Tribunal Regional Eleitoral a fazer a convocação e a instalação da Constituinte Estadual.

Logo após a divulgação do resultado, os deputados do Partido Popular, temerosos com o clima de insegurança reinante, procuraram o interventor da Paraíba, Argemiro Figueiredo, e solicitaram asilo político até a instalação da Assembléia Estadual Constituinte. Ao mesmo tempo, solicitam ao Tribunal Superior Eleitoral o envio de tropas federais para garantir a instalação da constituinte. O temor dos populistas quanto a uma reação armada por parte do interventor era justificado em virtude da violência que a interventoria utilizou durante toda a campanha eleitoral na tentativa de garantir a sua vitória:

Pelas caras do Interventor aos amigos do sul, nota-se o plano de vencer a qualquer custo a esperança de receber, a qualquer momento uma ajuda federal. Procurava saber das disposições de Vargas a seu respeito, sentindo que as atitudes dos seus correligionários seriam inúteis se não contassem com o apoio de autoridades. Com o exército sabia que não contaria. Considerava uma desmoralização a sua derrota. (MARIZ, 1984, p. 132).

O depoimento do Sr. João Medeiros, na época chefe de polícia do estado da Paraíba, revela que os preparativos para o levante existiram. Entretanto, é importante salientarmos que o Sr. Medeiros era um adversário empedernido das forças que compunham a Aliança Social. No entanto, tal situação não invalida o seu depoimento. Mesmo porque não foi o único a levantar tais acusações:

(...), ao aproximar-se o dia 29 de outubro, do mesmo ano, estando ainda os deputados populistas na capital daquele Estado, Paraíba. Onde estavam asilados, relatou-me Dinarte Mariz, no 'Paraíba Hotel', diante de Renato Dantas, (...) que o Sr. Ageu de Castro, político de Parelhas, teria ido a Patos receber armas e munição, contando com o auxílio das autoridades locais (MEDEIROS FILHO, 1980, p.11).

No dia 27 de outubro de 1935, Mário Câmara entregou o cargo de interventor ao capitão Liberato Barroso, comandante do 21º Batalhão de Caçadores. Nesse mesmo dia, chegam a Natal os deputados populistas asilados na Paraíba acompanhados por tropas do 22º Batalhão de Caçadores e pelo candidato a governador Rafael Fernandes.

Dois dias após entregar o cargo, Câmara seguiu viagem para o Rio de Janeiro. Na hora do embarque ocorreu um grande tumulto que teve como resultado dois mortos e diversos feridos.

Nesse mesmo dia, cumprindo as determinações do Tribunal Superior Eleitoral, foi finalmente instalada no Estado do Rio Grande do Norte a Assembléia Constituinte Estadual. Cercada por tropas federais e pela polícia militar e embaixo de uma grande tensão, a assembléia elegeu e empossou Rafael Fernandes governador do estado. É importante percebermos que a eleição de Rafael Fernandes foi apenas para confirmar a indicação do Partido Popular, já que este partido detinha a maioria na assembléia.

Entretanto, o clima de intranquilidade e de violência que ocorreu no período eleitoral estava longe de chegar ao fim. O radicalismo político que deu o tom à campanha eleitoral continuou a existir. Com a vitória de Rafael Fernandes, não foi observada nenhuma tentativa, de ambas as facções, de serenar os ânimos. A falta de diálogo e a utilização da máquina pública para coagir e perseguir os adversários continuavam a existir, desta vez nas mãos dos perseguidos de "ontem", os populistas.

A manutenção de uma situação de conflito por parte da elite política, preocupada apenas na defesa de seus interesses, foi responsável pela eclosão de um levante armado muito bem aproveitado pelas forças políticas de esquerda. Na verdade, o Partido Comunista do Brasil (PCB), há algum tempo preparava uma insurreição no Nordeste. Mas o que aconteceu no Rio Grande do Norte foi fruto de um ambiente de grande tensão política resultante do confronto entre as duas maiores facções políticas do estado. Esse acirramento dos ânimos, aliado a grande insatisfação por parte dos militares de baixa patente foram os ingredientes básicos e deflagradores do movimento. O movimento ocorreria com o sem a participação do PCB. Temendo perder o bonde da história e como já havia inclusive conversações com os grupos

oposicionistas (maristas e cafeístas), o partido assumiu o controle do movimento. Mesmo porque possuía uma estrutura muito bem organizada principalmente dentro do 21° BC, de onde partiria o levante.

6.0 – A Insurreição de 1935 no Rio Grande do Norte

Mesmo após a posse de Rafael Fernandes, o clima de agitação e radicalismo que envolveu toda a campanha eleitoral não deu sinais de esmorecimento. No dia seguinte a posse do governador, o “C^{el.}” Baltazar Meireles, da cidade de Apodí e partidário do interventor Mário Câmara, mobilizou trezentos homens armados. Tomando várias cidades no interior do estado. O governador rapidamente mobilizou tropas da polícia militar que, com o auxílio de tropas dos estados da Paraíba e Ceará, sufocaram o levante.

Segundo Spinelli (1996), esse episódio não seria um fato isolado, mas seria parte integrante de uma ampla mobilização com o objetivo de provocar a intervenção federal no estado. E, portanto, não permitir a tomada de posse efetiva por parte de Rafael Fernandes. O movimento contaria com a participação de “maristas” e “cafeístas” e com o decisivo apoio do governo federal. Esse apoio teria sido retirado de última hora, o que provavelmente levou Câmara a declarar, após entrega do cargo, que Vargas o havia traído. Com essa mudança de posicionamento do governo federal, não teria dado tempo de suspender o levante.

Ao lado de toda essa agitação política que envolvia todo o estado havia uma grande insatisfação no meio militar. “A disciplina e a hierarquia estavam profundamente comprometidas, ainda como consequência da revolução de 30” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p.57).

A situação do 21º Batalhão de Caçadores, sediado em Natal e foco do levante de 1935, não poderia ser diferente. Sobre a situação do 21º BC assim descreve Giocondo Dias na época cabo do batalhão em uma entrevista concedida a “Voz da Unidade” apud Cortez (2005):

(...) No Recife, em 1931, o 21º Batalhão de Caçadores, comandados por tenentes comissionados (...), levantou-se contra o Carlos Lima Cavalcanti. Foram derrotados e deportados para Fernando de Noronha.

(...)

Depois disso ele foi reorganizado, e foi aí que eu entrei nele. Quando eu cheguei lá. O que eu vi nas paredes foi: ‘viva o comunismo’, ‘viva Luis Carlos Prestes’, e outras coisas do tipo. Vejam bem, nós recrutas entrando num ambiente deste tipo. Giocondo contou que o 29º BC, de Natal, foi transferido para Recife e o 21º BC, que estava na Foz do Içá, Tocantins, no Amazonas, veio para Natal. ‘Um batalhão escalado na luta paulista de 32, sobrevivente da selva amazônica...Nós éramos elementos efetivamente dispostos a qualquer ação que se voltasse contra o status quo. Em Manaus, nós chegamos a nos reunir e conspirar para não saltar em Natal. Quando o navio chegasse ao porto nós nos levantaríamos, jogaríamos a oficialidade no mar...Na hora H foi dada a última forma e nós desembarcamos. Agora imaginem: chega a tropa em Natal, revoltada, e encontra um ambiente político onde várias facções procuram influir na vida do batalhão e utilizar a oficialidade para os seus objetivos. E, com eu disse, isto vinha desde 30: se o interventor tinha o apoio do batalhão ficava: se não saía. E isto tudo, como caracterizei anteriormente, combina-se a uma total desestabilização da hierarquia. **Estava formado o caldo de cultura para 35.** (grifo nosso) (CORTEZ, 2005, p. 53-56)

Sobre essa questão do envolvimento do 21º Batalhão de Caçadores na política local, Spinelli (1996) concorda com linha de pensamento apontada por Giocondo Dias:

No Rio Grande do Norte a luta entre duas facções resultaria ainda numa prolongada contenda. A força do Exército sediada na capital seria constantemente solicitada pelas correntes em luta, na continuidade de um envolvimento ficou patente durante a realização das eleições suplementares e na greve dos operários da Força e Luz, em fevereiro de 1935. Divergências entre as forças do Exército e o interventor tinham sido acentuadas sobretudo durante as administrações de Irineu Joffily e Bertino Dutra, e se repetiam agora com Mário Câmara. Isto já tinha ocasionado a transferência de um comandante, o major Adalberto Pompílio da Rocha e vários oficiais inclusive os capitães Everardo de Barros Vasconcelos e Luis Lobo. (SPINELLI, 1996, p.187)

Ao mesmo tempo, o grupo ligado ao ex-interventor Mário Câmara juntamente com os seus aliados, os cafeístas, demonstravam claramente a sua insatisfação. Pela leitura da carta do Diretório Nacional da ANL, datada em 31 de outubro de 1935, enviada aos aliancistas potiguares podemos concluir que os aliancistas (leia-se comunistas) mantinham contatos com cafeístas e maristas. E que apesar do clima turbulento existente no estado naquele momento, não consideravam ser conveniente deflagrar um movimento insurrecional. É significativo ressaltar que nesse momento, a ANL já se encontrava na ilegalidade e conseqüentemente inteiramente nas mãos do PCB:

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1935.

Companheiros do Rio Grande do Norte. Confirmamos o recebimento da carta de 23-10-35 e nossa resposta imediata de 28 corrente (...) Pela carta de vocês, compreendemos que o que se passa atualmente no Estado, é coisa já diferente. Os elementos combativos de Mário Câmara e Café Filho, estão desiludidos com os seus chefes e ameaçados pela reação e pela fome, querendo tomar armas contra o novo governo. Ao mesmo tempo, toda a polícia está ameaçada de ser desarmada ou ter seus dirigentes substituídos por pessoas de confiança dos novos dirigentes. (...) **Para a ANL não é ainda conveniente tentar um grande movimento nacional, nem mesmo precipitar os acontecimentos nos outros Estados do Nordeste Sem uma ação nos outros Estados não acreditamos que seja viável nem oportuno lançar no Rio Grande do Norte a palavra da tomada do poder (grifo nosso).** (VIANNA, 1995, p. 110-111)

Em outro documento transcrito por VIANNA (1995), revela entendimentos entre comunistas, segmentos cafeístas e maristas para o desencadeamento de um levante. O que se pode constatar com a sua leitura é que maristas e cafeístas estavam interessados apenas em impedir a posse de Rafael Fernandes, ou então gerar um clima de tensão com o objetivo de criar um pretexto para intervenção federal, como comentamos anteriormente.

O documento faz um relato das negociações mantidas entre os comunistas, aliancistas e integrantes da Aliança Social tendo como objetivo evitar a posse de Rafael Fernandes:

3) Frente à vitória reconhecida pelo Tribunal Superior Eleitoral ao Partido Populista, alguns chefes do bloco Câmara-Café Filho ameaçam desencadear lutas armadas e não permitir a posse de um governo populista. Tudo indica além disso que o próprio Câmara e os elementos mais reacionários de seu partido já se dispõem a entregar pacificamente o poder. É necessário utilizar este momento para garantir para a ANL, os melhores elementos que ainda confiam em Câmara ou nos seus elementos, que dizem que vão lutar contra a implantação de um governo ainda mais reacionário do que o atual no Rio Grande do Norte.(...)
Muitos chefes do partido camarista só querem saber porém se a ANL os acompanhará em qualquer golpe militar contra a implantação de um governo populista no Estado. Devemos mostrar aos homens honestos como será contraproducente uma luta militar restrita ao Estado do RN e mesmo aos Estados do NE. (VIANNA,1995, p. 91-92)

A questão de que havia um forte entendimento entre as forças antioligárquicas parecem ser corroboradas pelo informe que “Lemos”, membro do Partido Comunista do Brasil em Natal não identificado, envia ao Comitê Central em 12 de novembro de 1935:

ANL- Os companheiros do CR confirmam que alguns elementos de facção do P. na ANL ensejaram levar ao golpe camarista, porém encontraram grande e orientado trabalho anti-mil e esmo a recusa formal dos companheiros do CR de apoiarem tal aventura, nada logrando portanto, no seus intentos golpistas. Os elementos camaristas-aliancistas (Zuza, Campelo, Adamastor, Granada etc.) combinaram que abririam os depósitos de armamentos e munições da P. Militar, com fins de armar os operários que deveriam apoiar o seu golpe. Concordaram os companheiros, como tática para armar o proletariado, sem entretanto prestar qualquer apoio ao golpe, assim fazendo com o desejo único de conseguir armas e munições. Recuaram porém os golpistas diante da responsabilidade, com desapontamento nosso, pois perdemos esta ótima oportunidade.(VIANNA, 1995, p. 124-125)

Com base nos documentos expostos, podemos afirmar que Mário Câmara, se não mantinha uma estreita ligação com os comunistas, pelo menos era extremamente tolerante quanto à atuação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na política local. Foi provavelmente essa proximidade com os comunistas que levou Vargas a não apoiar o levante que impediria a posse do governador. Os militares do 21º Batalhão de Caçadores viam com muita desconfiança essa proximidade do interventor com membros do PCB. Portanto, essa falta de respaldo militar é apontada por Spinelli (1996) com a causa provável da falta de apoio federal ao golpe patrocinado pelos maristas.

O depoimento do Sr. João Medeiros, Chefe de Polícia no governo Rafael Fernandes, é bastante esclarecedor quando a imagem que os segmentos mais reacionários da política local, principalmente os populistas, tinham sobre a postura política de Câmara:

Estou inclinado a supor que o Governo estadual naquele ano criou condições para esse estado de coisas. O então Interventor Federal, que

vinha de uma competição partidária das mais renhidas, facilitou a ação dos insurretos, fazendo vista grossa em relação ao que se passava, não porque estivesse envolvido nos acontecimentos, mas para angariar simpatia em favor da corrente partidária a que pertencia, (...). (MEDEIROS FILHO, 1980, p. 9).

No dia 7 de novembro de 1935 foi iniciada a greve dos ferroviários da Companhia *Great Western*. Reivindicando um aumento salarial de 30%, os grevistas conseguiram a adesão dos ferroviários dos estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, paralisando todo o tráfico ferroviário entre esses estados. Em Natal o movimento contou com a adesão dos trabalhadores da Companhia de Água e Energia Elétrica:

(...) Como se estendia a outros estados, essa greve vai praticamente paralisar todo o movimento ferroviário do nordeste. Tem maiores proporções em Pernambuco, onde em face da truculência policial, passou a contar com a simpatia da população, e segundo Gregório Bezerra até mesmo de alguns soldados do 29º BC que haviam sido mobilizados para reprimir a greve. Ele inclusive crê que adesão de praças do exército talvez tenha contribuído de forma decisiva para que o governo federal preparasse uma desmobilização em massa nos quartéis do nordeste – e os governos estaduais em relação às polícias militares e às guardas civis -, o que levou, segundo ele, a direção do Partido Comunista a baixar uma resolução para o nordeste que, no caso da desmobilização em massa, se poderia dar início ao movimento revolucionário. (COSTA, 1995, p. 61)

No dia 20 de novembro, o governador Rafael Fernandes tomou algumas medidas que contribuem em muito para o acirramento do clima de efervescência política que o estado estava atravessando desde o início da eleição para a Constituinte Estadual. Uma das mais significativas dessas medidas foi a extinção da guarda civil, criada por Café Filho quando Chefe de Polícia de Bertine Dutra. A guarda civil era composta segundo as denúncias, por cangaceiros e jagunços oriundos de outros estados. Durante a campanha eleitoral, os seus componentes foram acusados do uso da violência com o objetivo de coibir o voto dos populistas. A questão é que a guarda civil, que era composta por cerca de 300 homens (OLIVEIRA FILHO, 1985), foi dissolvida mas seus ex-membros não foram desarmados. O que vai contribuir ainda mais para o crescimento do clima de tensão em Natal.

Ao mesmo tempo, o governo federal começou a tomar algumas medidas para coibir a indisciplina no 21º Batalhão de Caçadores. Nesse sentido, Vargas nomeou o C^{el}. Otaviano Pessoa Pinto, um oficial de sua confiança para assumir o seu comando. Uma de suas primeiras medidas foi abrir inquérito para apurar desordens e atos de indisciplina praticados por alguns soldados. A situação era tão grave no batalhão que havia a suspeita de que alguns cabos estavam envolvidos em assaltos aos bondes da cidade.

Com o inquérito concluindo, anunciou-se que os culpados seriam expulsos do Exército, mas a medida não foi executada imediatamente e os punidos permaneceram no quartel fazendo agitação.

Em seu livro do Sindicato ao Catete, Café Filho (1966) resume muito bem todo o clima de efervescência política que levou ao desencadeamento do levante:

Dentro desse ambiente de efervescência nacional, operou-se o encadeamento dos fatores locais geradores da insurreição potiguar apoiando-se, em primeiro lugar, no enfraquecimento das forças anticomunistas no Rio Grande do Norte, dilaceradas por uma luta de vida ou morte; irritação dos militares que iam ser expulsos do Exército, o estado de revolta dos membros da Guarda Civil dispensados em massa e a falta de medidas preventivas no 21º B.C. e na própria Polícia, completaram o desfecho do processo da deflagração da luta, que permitiu, durante quatro dias, a vitória de uma revolução chefiada por um sargento-músico, chamado Quintino Barros. (CAFÊ FILHO, 1966, p.88).

Portanto, mais uma vez vamos ressaltar que o movimento insurrecional no Rio Grande do Norte foi fruto de uma conjuntura nacional e principalmente local. Na qual ocorreu a princípio um vácuo do poder provocado pelo movimento revolucionário de 1930. O processo de acomodação de forças que aconteceu logo após a vitória da revolução, com a nomeação de interventores para governar os estados, provocou no caso específico do estado do Rio Grande do Norte uma crise de instabilidade política que levou os setores da elite política local a iniciar um processo de autofagia.

A disputa pela hegemonia da política local deflagrou um violento processo que culminou com uma grave crise política. A elite política dividida, envolvida em uma disputa violentíssima, contribuiu para a emergência de movimentos populares. A eclosão de greves em Mossoró, Macau e Natal trouxe um ingrediente novo ao cenário político estadual, contribuindo ainda mais para o acirramento dos ânimos e criando um cenário de efervescência política. Tais fatores colaboraram para que o estado do Rio Grande do Norte vivenciasse o período mais turbulento de sua história. Crise essa que aliada a forte insatisfação dos militares de baixa patente do 21º Batalhão de Caçadores, e o papel do Partido Comunista criando células dentro do próprio quartel, levou à eclosão de um movimento insurrecional na cidade do Natal.

6. 1 - Uma cidade insurgente. O levante em Natal

O Levante eclodiu em Natal no dia 23 de novembro, era um sábado. E segundo o chefe de polícia Medeiros:

Dia normal, sem preocupação maior. Apenas, pela Manhã recebi um telefonema do '21', informando que alguns praças do Batalhão tinham sido expulsos por incapacidade moral. Fato essa banal. Tomei as providências comuns, recomendando aos delegados que se precatassem contra esses elementos. (MEDEIROS, 1980, p.13)

Entretanto, os acontecimentos que estavam por vir demonstraram claramente que o Chefe de Polícia estava completamente alheio ao que se passava ou não conseguia avaliar a situação corretamente. É necessário frisar que o Sr. Medeiros era um homem muito experiente e, portanto, deveria perceber que a expulsão dos praças do 21º dentro de um ambiente de efervescência política que o estado estava

atravessando, não poderia ser balizada. Foi o que demonstrou os acontecimentos. O fato banal, expulsão dos praças, apresentado pelo Chefe de Polícia foi na verdade o estopim para a deflagração do levante no 21º Batalhão de Caçadores. Na verdade, o batalhão já tinha um histórico de insubmissão e fora bastante envolvido no processo eleitoral recém acabado. “Foram licenciados pouco mais de trinta praças. Como era sábado ficou para segunda-feira, dia 25, a continuação das dispensas que atingiriam também alguns cabos e sargentos.” (COSTA, 1995, p. 85).

A expulsão dos praças elevou a temperatura no batalhão. A certeza da continuação das dispensas na segunda-feira foi, sem sombra de dúvidas, o estopim para a deflagração do levante. Nessa mesma tarde, os membros do Partido Comunista foram surpreendidos com a informação de que o batalhão estava prestes a se rebelar.

Os acontecimentos que antecederam ao levante foram descritos por Praxedes:

Às três horas da tarde daquele sábado, Giocondo procura a direção do partido que estava reunida desde manhã para comunicar a Praxedes e Santa que a revolta era iminente. (...) O Giocondo disse que a revolta no quartel era muito grande porque iria haver uma dispensa de diversos soldados. Na verdade, o que havia no quartel é que os elementos da Guarda Civil organizada por João Café e dissolvida pelo governador Rafael Fernandes estavam por lá insuflando os soldados e se revoltarem.(...) **Nós não tínhamos condições de assumir o início da rebelião porque não havíamos recebido nenhuma instrução oficial do partido em Recife.** (grifo nosso) E dissemos isso para o Giocondo. Eu propus que esperássemos uns 10 dias.(...) Giocondo não aceitou. “Não pode passar de hoje” (...) Estava criado o impasse e nos não podíamos fazer nada. Éramos a direção política do partido, mas **Giocondo é quem controlava o trabalho entre os militares no quartel e se ele ordenasse o início da revolta, nós não teríamos condições de impedir.** (grifo nosso) Nessa condição, dissemos pr ele que, se era assim, iríamos convocar o conjunto do partido para pegar em armas também (...). (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 56-57).

O depoimento de Praxedes, militante comunista e membro da direção do partido em Natal, é bastante esclarecedor quanto ao papel do PCB na deflagração do movimento. Primeiro, o levante no batalhão não foi obra do trabalho desenvolvido pela célula do partido no quartel; segundo, foi provocado por uma situação interna, a expulsão dos praças; e terceiro, quem estava lá insuflando os militares eram os membros do antigo governo. Entretanto, o que mais chama a atenção é que o partido foi surpreendido pela reação dos militares. A questão é, se havia um trabalho desenvolvido nos quartéis, como a direção local foi surpreendida com a revolta quando ocorreu a expulsão dos praças ?

O depoimento de Giocondo Dias, à época Cabo Dias servindo no 21º BC, evidencia essa falta de sensibilidade dos comunistas de perceber que a revolta era iminente. “Se em vez de fazer um trabalho nas fábricas ele é feito nos quartéis, a insurreição não pode ser surpresa. Se você se concentra em uma gráfica, sairão livros ou panfletos. Nos quartéis não dá outra coisa: insurreição”.(Revista Afinal, 26 de novembro de 1985, nº 65, p.23).

É importante salientar que nessa entrevista, Giocondo fez uma defesa das acusações de que ele fora o responsável pela precipitação do movimento. Praxedes é incisivo nessa questão:

Nós sabíamos que havia esse plano mas não tínhamos nenhum sinal verde da direção. Eu não poderia fazer um negócio desses por minha conta.

Giocondo foi indisciplinado e, com essa atitude, revelou toda a nossa intenção golpista. Ele foi o principal responsável pela precipitação dos acontecimentos em Natal (OLIVEIRA FILHO, 1985, p.57).

Em seu depoimento, Praxedes revela uma visão ingênua de avaliação do cenário político local. Pois coloca sobre os ombros de Giocondo toda a responsabilidade pela deflagração do movimento em Natal. Em virtude de não possuir uma visão mais ampla da situação não consegue perceber a evolução do quadro político que se inicia com a Revolução de 1930 e finaliza com a violenta eleição de 1934. Não consegue compreender que não foi Dias o responsável pela criação do clima de insatisfação nos quartéis. Esquece que entre os militares, as quarteladas faziam parte da história recente de vários batalhões e que o 21º BC era um deles.

Nós encontramos em Waack (2004) uma interessante revelação sobre o posicionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) no dia da deflagração do movimento em Natal:

(...) os informes apresentados pelos representantes dos diversos comitês regionais do partido – e além do Rio e São Paulo participaram desse Pleno do CC delegados de Pernambuco, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte – eram de fato triunfalistas.(...) Na Paraíba e no Rio Grande do Norte, segundo os relatos ouvidos em Jacarepaguá, soldados arrancaram grevistas presos dos braços da polícia, ou ajudaram a libertá-los da cadeia. O informe que mais atenção despertou foi preparado por Silo Meireles, homem de confiança de Preste, e um dos líderes designados para Pernambuco. Ele falou da dificuldade de conter suas forças no setor militar em razão da ameaça de dissolução do 29º BC, adiantando que seria impossível deter a insurreição caso isto concretizasse.(...)

Isso era motivo de alarme entre dirigentes do Bureau e do PCB: a possibilidade que o movimento escapasse a seu controle, e que alguém começasse as coisas fora de hora. A direção do partido redigiu uma enérgica circular dando ordens para que nenhuma insurreição fosse iniciada sem diretrizes explícitas do CC. No sábado, dia 23 de novembro, (...) os participantes do Pleno, Miranda e Martins reuniram-se separadamente com as delegações do Rio de São Paulo e individualmente com cada integrante dos grupos de três da região nordeste (Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte) para repassar as tarefas mais importantes de cada um e reforçar a ordem de que ninguém deveria começar nada sem ordem do Rio.(WAACK, 2004, p.215)

É interessante destacar que a preocupação do partido é com o clima de insatisfação do 29º Batalhão de Caçadores. O delegado do Rio Grande do Norte não faz nenhuma observação quanto ao clima de revolta do 21º Batalhão de Caçadores aquartelado em Natal. Um outro ponto a destacar é que, mesmo com os relatos triunfalistas, nos quais soldados estão se confraternizando com grevistas, inclusive retirando-os da cadeia, o clima de agitação em Natal não é tão preocupante para o partido quanto a situação no Recife. E, mais ainda, enquanto o partido decidia que nenhum movimento deveria começar sem uma ordem, o movimento eclodia em Natal.

Baseado nessa informação pode-se afirmar categoricamente que o levante em Natal não foi e nem poderia ser um movimento comunista. Foi uma rebelião espontânea iniciada principalmente por cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores insatisfeitos pelas baixas que estavam ocorrendo neste batalhão. E que teve posteriormente a adesão dos comunistas que, como partido mais organizado, assumiu o controle da insurreição. Entretanto, outras facções políticas, como cafeístas e maristas participaram ativamente do movimento. Apesar dos seus líderes, Mário

Câmara e Café Filho terem se recusado a aderir e tendo inclusive proibido os seus liderados de participarem do levante.

É o que afirma Café Filho (1966):

Estava no Rio, no desempenho do mandato, quando ocorreu em Natal o levante de 1935. Ao tomar conhecimento da insurreição, reagi com ceticismo. Ou a notícia era improcedente, ou havia um equívoco na interpretação do fato. Parecia absurdo que os comunistas do Rio Grande do Norte, tão escassos, pudessem realizar uma façanha daquela envergadura.

Como Chefe de Polícia, por duas vezes, observava de perto as suas atividades. Cheguei, não raro, a ter pequenos atritos com eles por causa de suas habituais manobras subversivas

Fora-me dado verificar, então, que eram muito poucos. Não havia no Rio Grande do Norte uma economia industrial, capaz de proporcionar grandes núcleos operários. Por isso mesmo, a principal célula bolchevista não era civil, porem, militar, constituída de sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores.

Foi essa minoria diminuta mais bem estruturada e diligente, que desencadeou a revolução (...)

Meu representante político em Natal era Kerginaldo Cavalcanti. Reunii em casa do jornalista Sandoval Wanderley os principais responsáveis pelo nosso grupo, ficando deliberado, no primeiro dia da sedição, que nenhum de nossos correligionários participaria dela, decisão aprovada por mim, pessoalmente, pouco depois (CAFÉ FILHO, 1966, p. 80 -81)

Segundo Oliveira Filho (1985 p. 56), Prestes coloca que a questão da precipitação do levante em Natal, sem aprovação ou determinação do partido, foi apenas um erro de agitação que fugiu inteiramente ao controle, como temia o partido.

Costa (1995), concorda em certa medida com as afirmações de Prestes, entretanto imputa a decisão para a deflagração do levante à célula do Partido Comunista em Natal:

Embora houvesse inegavelmente uma preparação para levantes em unidades militares e certamente o conhecimento da Internacional (que inclusive envia alguns assessores), Prestes tem razão em atribuir a responsabilidade ao Partido Comunista do Brasil, o caso da insurreição do 21 BC em Natal, que desencadeando os levantes de Recife e do Rio de Janeiro em novembro de 1935, ilustra isso: foi, como demonstraremos, de responsabilidade da direção do Partido Comunista em Natal, levando em conta determinadas particularidades locais. (COSTA, 1995, p.25-26).

Entretanto, percebemos pelo depoimento de Praxedes e de Giocondo, protagonistas do episódio, que o levante ocorreu sem nenhum planejamento do partido. O 21ºBC rebelou-se e os comunistas apenas aderiram ao movimento, aproveitando-se do clima de instabilidade e de efervescência política existente e que vinha se prolongando desde a eleição para a constituinte estadual.

Segundo Praxedes (OLIVEIRA FILHO, 1985), o partido foi surpreendido pelo levante do 21º BC, cabendo aos comunistas apenas o papel de adesão à insurreição:

Diante de posição intransigente e decidida assumida pelo cabo Giocondo e referenda por Quintino, o dirigente do trabalho do partido no quartel do 21º BC, (...) a direção do Partido decide engajar seus militantes na

rebelião e só fez uma exigência. (...) ‘Eu quero fardas, Vamos fadar todo mundo’.

(...) ‘Imediatamente nós passamos a informação para todas as células, colocando todo o nosso pessoal de prontidão’. (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 58)

Aproveitando-se do fato de que era um sábado e, portanto, havia apenas um oficial do dia no quartel, os rebeldes rapidamente tomaram o quartel sem encontrar nenhuma resistência. “Relata (...) Giocondo Dias: ‘Nos tomamos o 21 BC em apenas vinte minutos, sem dar um tiro, Éramos muitos organizados e tínhamos a maioria’”. (Afinal, p.16 de novembro de 1986, nº65.):

Nós assumimos o controle. A maioria do batalhão era de recrutas, e da pior espécie: recrutas sorteados. O camarada vem do interior a contragosto. A preocupação central dele é voltar, o mais cedo possível. Às vezes não sabe distinguir o pé direito do esquerdo. (CORTEZ, 2005, p. 66)

O que se percebe com a declaração de Giocondo é que a maioria dos soldados que participaram do levante não tinha a menor idéia do que estava acontecendo.

É importante salientar que o cabo Giocondo apesar de ser uma das lideranças mais fortes dentro do quartel do 21º BC e homem de ligação com o Partido Comunista, chegou a afirmar em uma entrevista concedida à Voz da Unidade que ainda não era marxista apesar de pertencer ao partido à cerca de um ano e meio, na época da eclosão do movimento. (CORTEZ, 2005 p. 51).

6.2 –A instalação do governo popular revolucionário

Posteriormente a tomada do quartel, os rebeldes seguiram a estratégia combinada anteriormente. Os militantes e simpatizantes do partido comunista, aliancista e cafeístas entram no quartel recebendo fardas, armas e munição. Muitas pessoas que aderiram ao movimento consideravam que era uma quartelada para depor o governador Rafael Fernandes. O Sr. Gastão Nunes em entrevista ao jornalista Cortez afirmou:

(...) Então, quando estourou a revolução de 35 em Natal, eu aderi logo, como muita gente fez, sem saber nada de comunismo, que o negócio era de comunista etc. Eu era seguidor fanático de Café Filho e quando os cafeístas entraram no movimento, apesar de Café não ter mandado ninguém participar ou pegar em armas, eu me apresentei logo. Entrei no meio do povo que queria lutar para derrubar o governo. Todo mundo pensava que o governo ia cair, pois o quartel da Polícia Militar, onde hoje é a Casa do Estudante, na rua da Misericórdia, já estava praticamente dominando na tarde de domingo (dia 24.11.35)”.

Mesmo sendo anticomunista, como ainda sou, fui para o quartel do Exército, o 21º Batalho de Caçadores (o 21 BC foi demolido e no seu lugar foi construído o Colégio Estadual Winston Churchill, na avenida Rio Branco, Cidade Alta), onde vi um bocado de gente que não gostava de mim. Miguel Moreira, Mário Cabral e Lauro Lago não gostavam de mim.

Não sei quem deu a ordem, mas eu terminei recebendo um mosquetão, farta munição e mais 9 homens armados, fardados e municiados, com a missão de fazer uma vistoria no Hotel Internacional, na rua Chile, de Theodorico Bezerra (...). (CORTEZ, 2005, p. 21-22).

Após ter controlado o 21º Batalhão de Caçadores, os rebeldes dividiram-se em colunas para atacar os pontos mais estratégicos da cidade. Rapidamente ocuparam o palácio do governo, a residência oficial do governador, a central de usina elétrica, a estação ferroviária, a central telefônica e telegráfica e o aeroporto da cidade (COSTA, 1995). Um grupo dirigiu-se para tomar o quartel de polícia, um outro, para o bairro da Ribeira. Lá se encontrava o governador Rafael Fernandes, o prefeito de Natal, Gentil Ferreira, e diversas autoridades que participavam da festa de formatura do Colégio Santo Antonio, dirigido pelos irmãos Maristas. Alertados pelos tiros, as autoridades conseguiram fugir e se refugiaram no Consulado Italiano (COSTA, 1995, p.87)

A tomada do quartel da polícia não foi uma tarefa fácil, os militares resistiram e o combate arrastou-se por dezenove horas.

Em entrevista concedida ao jornalista Cortez (2005, p 44). O Sr. Antonio Andrade, conhecido como Totinha, fez a seguinte declaração quanto a tomado do quartel da polícia militar. “Foi uma luta de compadres, pois a grande maioria dos recrutas do BPM, tinha saído do 21 há quatro meses.” Com esse depoimento é possível entender porque o tiroteio para a tomada do quartel durou tanto tempo e praticamente não houve baixas.

Ao mesmo tempo, percebe-se que o movimento contou com a ativa participação de maristas e cafeístas, como podemos observar no depoimento do Sr. Sizenando Filgueira da Silva ao jornalista Cortez:

Sargento da Polícia Militar do Estado, Sizenando disse que participou dos combates da insurreição, principalmente no ataque ao quartel do ‘Batalhão de Segurança’ (hoje Casa do estudante do RN, na rua da Misericórdia) que durou 19 horas. Ele disse que foi o comandante do grupo de insurretos que prendeu os oficiais (um PM e outro do 21º BC), praças e sargentos da PM que tentavam fugir pelos fundos do Batalhão, na tarde do dia 24 de novembro de 1935. Antes de rebelião, ele era encarregado da agitação no quartel e homem de confiança do interventor Mário Câmara, pois também comandava um grupo de 15 homens do serviço secreto do Chefe do Executivo.(CORTEZ, 2005, p.129).

Mais adiante no seu depoimento, o Sizenando revelou-se membro do Partido Comunista do Brasil desde 1932. Portanto, um dos homens de confiança do interventor Mário Câmara era comunista e responsável pela agitação no quartel. Esse é mais um forte indício da proximidade de Câmara com os comunistas. O que nos permite afirmar que as acusações do Partido Popular e as desconfianças dos militares quanto ao posicionamento político de Câmara não eram de todo infundadas. Por conseguinte, o levante de 1935, não pode ser atribuído apenas a “coisa dos comunistas”. Foi um movimento que contou com a participação de diversos segmentos políticos, e que em comum tinham apenas o desejo de derrubar o governo de Rafael Fernandes. Entretanto, por estarem mais organizados e já estarem preparando um levante, naturalmente os comunistas assumiram o comando da insurreição.

Continuando o seu depoimento, ele faz duas revelações. A primeira é que os insurretos tinham um elo dentro do quartel, mas não esclarece porque a opção não

foi usada. De qualquer modo, fortalece o que afirmou o “Cabo Totinha” a respeito da tomada do quartel da polícia militar:

Depois que eu prendi os 27, (refere-se aos soldados da polícia militar que tentavam fugir pelos fundos do quartel) vi uma moita se mexendo e gritei ‘quem está aí?’. ‘Sou eu, Sizenando não atire’ respondeu a pessoa. Veio e me abraçou, dizendo: ‘vocês não fizeram ligação comigo. Se tivessem feito, eu tinha abafado essa merda lá dentro.’ A pessoa era o tenente Zuza”. A gente tava conversando quando apareceu o tiro no braço dele. O soldado que atirou quis fugir, mas eu botei o fuzil para cima dele e disse ‘tá ferrado soldado’, ele então não pode fugir. (CORTEZ, 2005, p.130)

A outra grande revelação é ele ter assumido ser o autor dos disparos que assassinaram o soldado Luis Gonzaga, “o doidinho”. Sobre a participação de Luis Gonzaga no movimento, existe uma controvérsia a qual nós gostaríamos apenas de mencionar e não mais do que isso, pois consideramos que qualquer tentativa de aprofundamento poderia nos levar a polêmicas, tão características no período da “Guerra Fria”. O que nos importa nesse momento é que Luis Gonzaga, integrante ou não da Polícia Militar do estado do Rio Grande do Norte, foi assassinado pelos insurretos na tomada do quartel e que sua morte em nada afetou o movimento. Posteriormente, a morte de Gonzaga será utilizada como instrumento de propaganda ideológica tanto do Estado Novo como sucessivamente na Ditadura Militar. Período em que foi erguido um monumento em honra do “herói soldado”

Costa (1995) tem uma outra versão sobre o episódio. “O tenente José Paulino – conhecido como tenente ‘Zuza’ e muito ligado a Mário Câmara – tenta esconder-se, mas é logo descoberto. Esboça uma reação e recebe uma rajada de metralhadora”.(p.90)

O C^{el}. José Paulino ex-comandante da Polícia Militar e ex-secretário de segurança do Estado do Rio Grande do Norte, na época detinha o posto de segundo tenente. Fez o seguinte relato quanto à participação do tenente Zuza.

O tenente Zuza não foi herói. É verdade que ele lutou na defesa do quartel, mas como marista apaixonado e oportunista foi para o batalhão para se infiltrar e facilitar o ataque dos revoltos. Tenente Zuza ficou permanentemente vigiado por dois homens de confiança do capitão Joaquim de Moura, que dirigiu a defesa com bravura. Por isso Zuza combateu a força. (CORTEZ, 2005, p.184)

Outro marista convicto que teve uma participação decisiva na tomada do quartel da polícia militar foi o tenente Mário Cabral que segundo o depoimento do C^{el}. José Paulino teve uma atuação destacada na insurreição “Mário Cabral era marista assumido e lutou ao lado dos revoltosos. Ele instalou uma metralhadora pesada, do Exército, na casa da esquina da rua João Mata com a praça André de Albuquerque” (CORTEZ, 2005, p.187).

A participação de Mário Cabral foi confirmada pelo Sr. João Wanderley, cabo telegrafista que também aderiu ao movimento como pelo Sizenando:

Mário Cabral era tenente da Polícia. Quando tomei o quartel da Polícia, na entrada tinha um presídio, com uma porta da cela do tenente Rangel. Quebrei o cadeado e soltei Rangel. Aí soube que Mário Cabral estava na sala da Ordem, armado. Ele estava com o fuzil a tiracolo e abrindo as gavetas. (...) Aí eu disse a ele que se retirasse do quartel. Ele respondeu que ia se apresentar e ‘estou com vocês’. Então vá, que eu preciso do

quartel desocupado para entregar, disse para ele. (...)(CORTEZ, 2005, p, 129)

A cadeia pública e a inspetoria de polícia também foram atacadas e ofereceram pouca resistência. O presidente do sindicato dos estivadores, João Francisco Gregório, foi incumbido de ocupar o bairro das Rocas e o cais do porto. Naquele momento estavam ancorados alguns navios estrangeiros, entre eles uma esquadilha mexicana e um navio brasileiro. Entretanto antes da chegada dos estivadores ocupando o cais do porto, algumas famílias consideradas da elite da cidade conseguiram chegar aos navios onde pediram asilo(COSTA, 1995).

No dia 24, a direção do partido comunista na capital decidiu instituir uma junta governamental auto-intitulada governo Popular Revolucionário, presidida pelo mestre-de-obras João Lopes (codinome de Santa), enviado do Comitê Central do PCB para assessorar a direção do partido no estado. A Junta era formada pelos seguintes membros: o sargento músico Quintino Clementino de Barros (secretário de Defesa); o ex-diretor da Casa de Detenção, Lauro Lago (secretário do Interior e Justiça); o tesoureiro dos correios, José Macedo (secretário de Finanças); o advogado João Galvão (secretário de Viação) e o sapateiro José Praxedes (secretário de Aprovisionamento):

O Governo Popular Revolucionário, que durou o curto período de três dias, baixou decretos destituindo o governador Rafael Fernandes, dissolvendo a Assembléia Constituinte Estadual, instituindo a reforma agrária e reduzindo os preços das passagens de bondes. Requisitou todo o dinheiro encontrado nas agências do Banco do Brasil e Banco do Rio Grande do Norte, gêneros alimentícios ao comércio (distribuídos com a população) e automóveis e caminhões particulares para a movimentação das tropas revolucionárias. Foi editado um jornal, A Liberdade, que circulou no dia em que o movimento foi derrotado, e providenciou-se o envio de três colunas para o interior com o objetivo de ocupar todo o Estado e estabelecer contatos com os rebeldes de Estado vizinhos (SPINELLI, 1985, p. 55-75).

Segundo Costa (1995), foi nessa reunião que se instaurou o Governo Popular Revolucionário e que, provavelmente, foi decidido o envio de tropas para o interior do estado. Pois nessa mesma noite, da Vila Cicenato, saíram três colunas de caminhões conduzindo tropas com o objetivo de consolidar o movimento no interior:

uma para o sul, seguindo o leito da Estrada de Ferro de Great Western, passando pelas cidades de São José do Mipibú, Goianinha, Penha e Nova Cruz, próximo com a fronteira com a Paraíba; para o Norte, seguindo pelo litoral, passando pelo Cabo de São Roque e por Touros, Galinhos e Macau, Areia Branca e Mossoró, onde havia uma certa força do partido organizada nos carnaubais. A última coluna foi pelo centro do Estado em direção a Macayba (sic), Ceará-Mirim, Panelas, São Gonçalo, Taipu, Santa Cruz, Baixa Verde e Pedro Velho. A estratégia traçada pelos rebeldes previa a junção da coluna Norte (a partir de Mossoró) com a coluna Centro, para dali subir em direção ao Ceará. A coluna Sul tinha por objetivo chegar até Recife. (OLIVEIRA FILHO, 1985, p.73)

Coube a Oscar Wanderley, sargento do 21º Batalhão de Caçadores, o comando da coluna em direção a Goianinha. A coluna em direção a Nova Cruz estava sob a liderança do civil Benilde Dantas e finalmente a coluna em direção ao centro do estado estava sob o comando do tenente Oscar Rangel.

O tenente Rangel era delegado comissionado da cidade de Parelhas e encontrava-se preso por comandar a “volante” que assassinou Otávio Lamartine. Foi liberado, por Mário Cabral na tomada do quartel da polícia, como já foi relatado. Rangel teve uma participação muito significativa como líder de uma coluna de revolucionários. Tal fato demonstra claramente que a adesão de maristas e cafeístas à insurreição foi um dado que em muito colaborou para a vitória inicial do movimento.

O depoimento do Sr. Cleodon Medeiros, natural de Currais Novos, e participante do movimento sobre as colunas que penetraram pelo interior do estado:

Sobre o tenente Rangel: por onde ia passando, levava o dinheiro das prefeituras.”

(...)

Ninguém sabia nada de comunismo, o que vim conhecer nas aulas dadas pelo Partido, na Cadeia (grifo nosso) (...) A causa principal da revolta foi a desincorporação dos cabos e soldados na véspera. Os chefes dos cinquenta rebeldes que foram para o Seridó com o objetivo de dominar a região, foram os sargentos Aquino e Santos, mas o baluarte da revolução foi o segundo cabo Antonio Andrade (falecido em meados de 1998), conhecido como Totinha. (CORTEZ, 2005, p.43-44).

Na segunda-feira, dia 25 de novembro, o Sr. Nizário Gurgel, líder político em Canguaretama e pertencente aos quadros da Aliança Social. Dirigiu-se, acompanhado de alguns soldados do 21º BC, a uma das corvetas mexicanas com o intuito de negociar a retirada de alguns civis e militares que haviam se asilado no navio. Entretanto, o comandante da embarcação recusou-se a negociar. Diante do impasse, Nizário retira-se e comunica ao responsável pela segurança do cais do porto que estava proibido a entrada de pessoas ou de qualquer gênero alimentício (COSTA, 1995.).

Novamente percebemos a presença de elementos da Aliança Social participando ativamente do movimento. Nesse caso em particular, é evidente que o Sr. Gurgel teve o respaldo da junta revolucionária apesar de posteriormente negar o seu envolvimento afirmando que estava apenas preocupado com a segurança dos exilados.

No dia 26 de novembro, a cidade de Nova Cruz foi ocupada por grupos armados que não integravam as colunas enviadas pela junta em Natal. Estavam divididos três grupos e foram organizados pelo médico Orlando Azevedo, integrante da Aliança Social. Dominaram a cidade por duas horas, soltando os presos e prendendo os guardas. Depois saem dando vivas a ANL e a Luís Carlos Prestes (COSTA, 1995, p.108.).

Entretanto, em depoimento prestado ao jornalista Cortez, o tabelião aposentado da cidade de Santo Antonio, Lourival Cavalcante da Silva, dá uma outra versão sobre a participação do médico Orlando Azevedo no episódio. Em seu depoimento, o Sr. Lourival afirmou que o governo revolucionário dominou Nova Cruz, Pedro Velho e Santo Antônio, sem encontrar praticamente nenhuma resistência. Segundo ele, os rebeldes eram cafeístas ‘sequiosos de vingança’, e alguns, aliancistas e comunistas. Ao entrarem na cidade, usavam lenços vermelhos no pescoço e dominaram a região por três dias, de 25 a 27 de novembro de 1935, quando as tropas da Polícia Militar do estado da Paraíba invadiram a cidade de Santo Antônio, sede do Comitê Revolucionário comandada pelo médico Orlando Azevedo:

A revolução de 35 chegou aqui (Santo Antônio) como uma coisa proveniente da Aliança Social (...) Muito tempo depois disseram que era uma revolução comunista. Eu não sei, só sei que quem era contra o Partido Popular, cafeísta ou não – eu era cafeístas – entrou no

movimento. (grifo nosso) Os revoltosos chegaram de Natal, (...) seguindo para Nova Cruz, depois de darem uns tiros no quartel dos soldados da Polícia, em Santo Antônio. Era uma segunda-feira, quando o doutor Orlando Azevedo seguiu para Nova Cruz, onde as tropas sob seu comando, atacaram e dominaram o quartel da polícia. Todos os soldados foram desarmados e levados presos para Natal. (...) Deixou alguns seguidores ‘governando’ Nova Cruz e retornou para Santo Antônio, com um lenço vermelho no pescoço. Eu estava lá e vi tudo (COSTEZ, 2005, p.88-89)

Nomeado para o cargo de interventor municipal de Santo Antônio no dia 2 de novembro de 1935, o Sr. Lindolfo Gomes Vital, também afirmou em depoimento prestado a Cortez que o Dr. Orlando dominou a região por três dias.

Percebe-se pelo depoimento do tabelião e do interventor, que a participação do Dr. Orlando Azevedo foi muito mais significativa do que demonstra Costa. A afirmação de que foi constituído um “governo revolucionário” na região e que os militares presos foram enviados para Natal, demonstra que o grupo liderado pelo médico estava em sintonia com a Junta Revolucionária instalada em Natal.

As colunas que ocupam as cidades do interior destituem os prefeitos, nomeando para ocupar os cargos integrantes da coluna os simpatizantes do movimento. “No dia 26 de novembro de 1935, praticante a metade dos 41 municípios do estado está ocupada pelos rebeldes” (COSTA, 1995, p. 111).

Entretanto, nesse mesmo dia começam a chegar em Natal as notícias que o 29º Batalhão de Caçadores, rebelado no Recife, havia fracassado e a cidade já se encontrava controlada pelas forças do governo federal. Um grupo de militares rebeldes, convencidos da derrota do movimento buscam uma saída. “Na madrugada do dia 26 os boatos corriam soltos dizendo que o 22º BC, sediado em João Pessoa, estava a caminho de Natal”.(OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 76). Os prisioneiros foram levados pelo Cabo Giocondo para as corvetas mexicanas e toda a tropa do 21º Batalhão de Caçadores debandou.

Nesse meio tempo, a coluna rebelde que se dirigia à região do Seridó foi surpreendida na Serra do Doutor por tropas legalistas. Organizada pelo líder populista “C^{el}” Dinarte Mariz e por outras lideranças da região como o padre Walfredo Gurgel, que aliciou participação dos integralistas no episódio.(CORTEZ, 1986) Após algumas horas de combate, a coluna rebelde parte em retirada desordenadamente.

A derrota na Serra do Doutor abateu ainda mais os ânimos dos insurretos, pois com isso, deixava aberto o caminho para o avanço das tropas legalistas pelo interior do estado, ao mesmo tempo em que restringia o movimento dos rebeldes aos limites da cidade do Natal.

Naquela noite, Quintino recebeu um telegrama do comando da 7ª Região Militar que segundo Praxedes dizia o seguinte: “A Fim de não derramar precioso sangue nossos irmãos, deponham armas. Já consolidamos nossas posições em Recife”.(OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 77). Ao mesmo tempo, chegam as notícias da derrota na Serra do Doutor. Os militares que participaram do levante, liderados por Giocondo Dias, convencidos da derrota, levaram os prisioneiros para as corvetas mexicanas com o objetivo de salvaguardar suas vidas.

Praxedes, após tomar conhecimento do conteúdo do telegrama enviado pelas forças legalistas, decidiu que deveria falar com Quintino. Para tanto, dirigiu-se ao quartel do 21º Batalhão de Caçadores, lá o encontrou exausto e convencido da derrota. Ao ser avisado do que tinha ocorrido com os prisioneiros, decidiu retornar à Vila Cincinato. Na sede do governo, Praxedes deparou-se apenas com Santa e alguns homens do partido. Pressionado por Santa, Praxedes retornou ao 21º Batalhão de

Caçadores e verificou que o quartel estava completamente abandonado. “(...) Ai eu e Santa percebemos que não havia mais o que fazer. Era só fugir” (OLIVEIRA FILHO, 1985, p. 79).

Os rebeldes foram derrotados por uma ação conjugada que envolveu a Polícia Militar do vizinho Estado da Paraíba e um “exército” de jagunços mobilizados pelo “C^{el}” Dinarte Mariz e lideranças do Seridó como padre Walfredo Gurgel, a época pároco em Acari.

A derrota do movimento insurrecional abriu as portas para uma radical perseguição aos adversários do Governador Rafael Fernandes, que passaram também a serem vistos com inimigos do Estado brasileiro. Ao mesmo tempo, o Partido Popular saiu bastante fortalecido do episódio, pois deixou a posição de opositorista, pelo menos em nível estadual e passou a ser considerado um fiel aliado do governo federal.

O governo Rafael Fernandes que começara fraco e hesitante, saiu do episódio fortalecido e com o respaldo do governo federal. Com o objetivo de eliminar a oposição na política local iniciou uma radical perseguição aos seus adversários. Nesse momento, o cafeísmo volta a ser denominado de comunista. Na verdade, a acusação de pertencer ou ser simpatizante do partido comunista passou a ser utilizada como uma forma de esmagar toda a oposição em nível estadual. É ilustrativo o caso do “C^{el}” Baltazar Meireles que promoveu o levante em Apodí, como parte de um plano para impedir a posse de Rafael Fernandes, transformado em uma ação comunista. Na verdade, segundo Homero (1995), o grupo que formava a “guerrilha de Açú” chegou a manter contato com o grupo de 300 jagunços comandados por Meireles. No entanto, a ligação entre um típico “coronel” do sertão potiguar e componente de um grupo clandestino de comunista não comprova que o Meireles tenha aderido ao comunismo. Mas, sem dúvida alguma, demonstra uma certa articulação entre elementos comunistas e maristas.

Um dos episódios mais ilustrativos no tocante à participação de indivíduos de orientação conservadora no levante foi a do Sr. Paulo Teixeira. Irmão da Sr^a Luiza Alzira Soriano, prefeita de Lages em 1928, a primeira prefeita da América do Sul. Alzira Soriano, como o seu irmão, tinha fortes ligações com os populistas. Entretanto, apesar de serem adversários políticos, Paulo Teixeira permitiu que o cabo Giocondo Dias se refugiasse em sua fazenda Primavera, localizada na época no município de Lages, atualmente Jardins de Angicos. “Segundo informações prestadas por familiares de P. Teixeira, Giocondo era amigo dele, inclusive bebiam juntos nos bares de Natal (...)” (CORTEZ, 2005. 47). No entanto, Paulo Teixeira, em entrevista concedida, negou o seu envolvimento com Giocondo, afirmando que o ocorrido foi um entendimento entre a família de Luis Júlio e Alzira sua irmã para levar Dias até a sua fazenda. (CORTEZ, 2005 p. 47). Porém, Furtado apud Cortez (2005) faz o seguinte relato sobre o episódio:

Em Macaíba, por exemplo, Paulo Teixeira, populista de prestígio em Lages, onde era proprietário, entrou a frente dos revoltosos que estabeleceram num salão térreo de um sobrado seu quartel general. E em cima permaneceu João Severiano da Câmara, amigo de Paulo Teixeira, que saíra de Baixa Verde [atualmente João Câmara] (...) Tanto envolvimento teve esse populista Paulo Teixeira na revolta (nada sofreu e nem seu nome sequer apareceu em processo) que levou um dos principais elementos militares revoltosos para uma de suas fazendas em Lages, o cabo Giocondo Dias (CORTEZ, 2005, p. 49-51)

Mesmo que levemos em consideração que Teixeira não era amigo de Dias, fica claro uma forte ligação entre ambos. Se não era de amizade, esta ligação era então política. De qualquer modo, a participação de Paulo desmistifica o fato da insurreição possuir um caráter comunista. O depoimento do cabo telegrafista João Wanderley é bem conclusivo quanto a essa questão:

Mas a revolução de 35 não foi feita em nome do comunismo ou do socialismo (...) Em Natal, todo o efetivo militar do 21º estava ligado a ANL, aliado aos cafeístas, que estavam debaixo politicamente. A demissão de 300 guardas-civis pelo governador Rafael Fernandes foi o estopim da revolução. É claro que o pessoal militar queria fazer a revolução, a exceções dos oficiais. Por isso, eu sempre digo que a revolução de 35 foi uma revolução de cabos (CORTEZ, 2005, p. 41)

O depoimento do veterano militante comunista o Sr. Poty Aurélio Ferreira (Cortez 2005), também é bastante elucidativo quanto ao que ocorreu de fato em Natal durante o levante de 1935. Embora não tivesse participado do movimento, foi uma testemunha bastante privilegiada dos acontecimentos:

De fato os comunistas eram elementos mais esclarecidos. Possivelmente eles apareceram para assumir a responsabilidade e darem uma direção ao movimento que tinha cafeístas, maristas e outras tendências. Os cafeístas, por exemplo, no governo de Rafael Fernandes, sofriam uma carga muito pesada. Os elementos da Guarda Civil, criada por Café Filho, tinham sido demitidos. Descontentes, esses elementos estavam nas ruas, passando necessidades, e participaram do movimento. Coincidentemente, alguns soldados do 21º BC foram desmobilizados, em virtude de ter terminado o seu tempo de serviço. Esses soldados pretendiam continuar na caserna, mas foram desempregados e ingressaram no movimento, apesar de não ter idéias comunistas (CORTEZ, 2005, p.98)

Finalizamos nosso trabalho com o depoimento do Sr. José Paulino, (ex-secretario de segurança e ex-comandante da polícia militar) na época oficial da polícia do Rio Grande do Norte:

Uma versão muito difundida é a de que a revolta foi de caráter comunista. Não, não foi. A insurreição em Natal foi de caráter político local, aproveitada pela liderança da Aliança Nacional Libertadora e de alguns poucos comunistas que tencionavam derrubar Getúlio Vargas. Tudo se identificava com a ANL, embora tivesse comunistas nessa organização. Com a rebelião o povo de Natal pensava que se tratava de libertação do país. Mário Câmara, interventor e que era muito ligado a Getúlio Vargas, fez uma administração que não agradou a todos e perdeu a eleição indireta para governador, após o pleito que elegeu os deputados da Assembléia Constituinte Estadual. Com maioria de três votos, Rafael Fernandes, do Partido Popular, foi eleito governador, mas os maristas e cafeístas ficaram descontentes. Com a revolta dos cabos e soldados do 21º BC, motivada pela desincorporação de dezenas de praças, anunciada na véspera, maristas e cafeístas tomaram parte na insurreição de 23 de novembro de 35. Além disso o governador tinha demitido dezenas de guardas-civis nomeados na gestão de Mário Câmara, na sua maioria verdadeiros cangaceiros, cabras perversos e de péssimos antecedentes da Paraíba. Asseguro que a dispensa de praças do 21º BC foi o que mais concorreu para a insurreição, pois não havia efervescência social. (CORTEZ, 2005, p.182-183)

Observamos que a maioria dos depoimentos, bem como os documentos apresentados, apontam para uma direção diferente da maioria das obras que trata sobre o assunto. No nosso entendimento, a insurreição de 1935 tem as suas raízes no violento processo no qual os dois principais grupos políticos se envolveram com o objetivo de impor a sua hegemonia na política local. Percebemos também que outros fatores deram as suas parcelas de contribuição para a eclosão do levante. Dentre eles, um dos mais significativos era o clima de revolta e quebra da disciplina dentro do 21º Batalhão de Caçadores. Some-se a isso a forte tradição de quartelada dentre os militares brasileiros. Temos, portanto, um cadinho pronto para mais uma insurreição na história do Brasil.

A participação dos comunistas como foi demonstrado, inclusive com depoimentos de participantes da Junta Popular Revolucionária, foi de uma mera adesão a um movimento que ocorreria com ou sem a aprovação do Partido Comunista. Como foi colocado com muito propriedade pelo Sr. Poty, os comunistas assumiram o controle do movimento por ser a facção que contava com uma estrutura mais organizada.

7.0 – Conclusão

Logo após a Revolução de 1930, precisamente no período denominado de revolucionário (1930 – 1934), ocorreu um agressivo processo de acomodação das forças políticas em determinados estados da Federação. No caso específico do Rio Grande do Norte, tal processo levou a uma acirrada disputa entre os dois mais importantes segmentos políticos do estado. Com cada grupo político buscando impor a sua hegemonia na política local.

O confronto inicia-se na eleição para a constituinte federal em 1933, mas foi na eleição de 1934, quando foi eleita a constituinte estadual, que o processo alcançou um alto índice de violência e radicalismo. Ao mesmo tempo, demonstramos que a mobilização partiu do 21º Batalhão de Caçadores dando início à deflagração do movimento.

Ao chegar em Natal, em 1933, o 21º BC encontrou um ambiente tremendamente tumultuado e impregnado de radicalismo político-partidário. Sendo utilizado por membros do Partido Popular para se contrapor às “compressões” do executivo estadual que, a seu modo, utilizava-se do aparato da polícia militar e da guarda civil como instrumento de coação junto aos seus adversários políticos. Ao mesmo tempo, havia uma grande insatisfação entre militares de baixa patente, soldados e cabos, devido à política adotada pelo Ministério da Guerra, desligando dos seus quadros todos aqueles que atingissem determinado tempo de serviço. Nesse ponto, é importante salientar que, o 21º Batalhão de Caçadores possuía uma forte tendência à insubordinação e, portanto, a quarteladas. Fato bem característico de diversas unidades militares da época.

No entanto, não deixamos de demonstrar que o Partido Comunista do Brasil (PCB) pretendia deflagrar um levante armado no Brasil e que era esse o objetivo de Luis Carlos Prestes ao entrar clandestinamente no país. O levante de Natal, entretanto, não obedeceu a nenhuma ordem ou determinação do partido, ao contrário, demonstramos que o movimento não foi planejado pelo partido e chegou até mesmo a contrariar as suas orientações.

É significativa a afirmação de diversos militantes comunistas de que o movimento surpreendeu até mesmo o partido local e que ocorreria à revelia dos comunistas caso eles não aderissem. Ao mesmo tempo, o depoimento de diversos participantes do levante, inclusive do próprio Giocondo, afirma que a maioria dos insurretos nada sabia do que estava acontecendo e muito menos sabia o que era ser comunista. Portanto, consideramos que sem a participação dos partidários de Mário Câmara e Café Filho na insurreição, o movimento não alcançaria tamanha dimensão.

Apesar de utilizarmos fontes secundárias, tivemos a preocupação de fazer todo um trabalho de releitura e reinterpretação dessas fontes. Buscando dar uma nova abordagem aos trabalhos clássicos já publicados

Tivemos também a preocupação de embasar nossas afirmações tanto em documentos como em depoimentos coletados pelo jornalista Cortez (2005). Sabendo que nem tudo afirmado por uma testemunha, necessariamente, corresponde à realidade histórica, se é que existe uma. Temos consciência que a memória é seletiva e por isso mesmo parcial e interessada. Nesse sentido, buscamos também confrontar essas informações coletadas com documentos do período.

Para finalizar, consideramos como principal razão que levou muitos historiadores a cometer o equívoco de caracterizar o movimento de 1935 como

comunista decorreu principalmente da ausência de uma pesquisa mais detalhada junto aos participantes do levante. O trabalho de Cortez (2005), que coletou o depoimento de vários integrantes da insurreição, fez um interessante resgate do ponto de vista dessas pessoas - que até então não tinham sido considerados significativos por muitos historiadores. A maioria significativa dos depoentes desmistifica a participação dos comunistas no levante, que é justamente o objetivo do nosso trabalho.

Portanto, consideramos que o episódio denominado Insurreição Comunista ou Intentona Comunista de 1935, desencadeado em Natal, não foi um movimento articulado e planejado pelo partido comunista, e que os comunistas, tal qual os partidários de Mário Câmara e Café Filho, participaram do levante do 21º BC como adesistas.

Na nossa concepção, denominar o movimento de 1935 de comunista é depositar toda a responsabilidade para a sua deflagração nos ombros do Partido Comunista. Entendemos que tal procedimento desfigura o movimento e valoriza demasiadamente o papel dos comunistas na política local, desconsiderando a participação de outros segmentos, maristas e cafeístas no levante. Foi tentando resgatar a participação desses grupos que nos prontificamos a fazer este trabalho. Consideramos que apesar das limitações que nos são impostas pelo tempo e custos, conseguimos alcançar o nosso objetivo.

BIBLIOGRAFIA

BASBAUM, Leôncio. História sincera da república: de 1930 a 1960. 5ª ed. São Paulo: Alfa-omega, 1985.

CAFÉ FILHO, João. Do sindicato ao catete: memórias políticas e confissões humanas. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1966. v. 1

CAMPOS, Flávio de e MIRANDA, Renan Garcia. Oficina de história. São Paulo: Moderna, 2000.

CARONE, Edgar. Classes sociais e movimento operário. São Paulo: Ática, 1989. Série Fundamentos.

CORTEZ, Luiz Gonzaga. Pequena história do integralismo no RN. Natal, Fundação José Augusto, 1986.

_____, Luiz Gonzaga. Relatos da insurreição que gerou o primeiro soviete nas Américas. 2ª ed. Natal: Ed. do autor, 2005.

COSTA, Homero. A insurreição comunista de 1935: Natal – o primeiro ato da tragédia. São Paulo: Cooperativa Cultural Universitária do Rio Grande do Norte, 1995.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1976. v. 2

FAUSTO, Boris. A Revolução de 1930: historiografia e historia. 16ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GARRIDO, Joan Del Alcazar i Garrido. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História. São Paulo. ANPUH, v. 13, nº 25/26, setembro/agosto de 1993.

GUERRA FILHO, Aduino. O Seridó na memória do seu povo. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2001.

LEAL, Vítor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LINHARES, Maria Yedda. (Org.). História geral e do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

MARIZ, Marlene da Silva. A revolução de 1930 no Rio Grande do Norte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

MARIZ, Marlene da Silva e SUASSUNA, Luis Eduardo. História do Rio Grande do Norte. Natal: Sebo Vermelho

MENDES JUNIOR, Antônio e MARANHÃO, Ricardo. Brasil Historia, Texto e Consulta: A Era Vargas, v. 4. São Paulo: Hucitec. 1989.

MORAES, Marcus César Cavalcanti de. Retrato narrado da cidade do Natal. Natal: Fundação José Augusto. 1999.

MEDEIROS FILHO, João. 82 horas de subversão: a intentona comunista de 1935 no Rio Grande do Norte. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MONTEIRO, Denise Matos. Pão, Terra e Liberdade X Deus, Pátria e Família: as lutas sociais e a evolução política no Rio Grande do Norte, no pós-revolução de 30. Mossoró: Fundação Vingt-um Rosado. Col. Mossoroense, 2004

MOTA, Carlos Guilherme. (Org). Brasil em perspectiva. 19ª ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1990.

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. Praxedes, um operário no poder: a insurreição comunista de 1935 vista por dentro. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. IN. FAUSTO, Boris (DIR.) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977. t. 3, v. 3.

SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. História da República brasileira: o início da Era Vargas. 1934?1936. São Paulo: Editora Três, 1998.

SKIDMORE, Thomas, Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

SODRÉ, Nelson Werneck. A coluna Prestes. São Paulo: Circulo do Livro,

SPINELLI, José Antônio. Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35. Natal: EDUFRN, 1996.

SOUZA, Itamar. A república velha no Rio Grande do Norte (1889 – 1930). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989.

SOUZA, Itamar. História do Rio Grande do Norte. Natal. Diário de Natal. 1999.

VIANNA, Marly. (Org.) Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. Universidade Federal de São Carlos, 1995.

_____ Sangue em novembro. IN. Nossa História, Rio de Janeiro, Editora Vera Cruz. Ano 3. nº 25. novembro de 2005.

WAACK, William. Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JORNAIS E REVISTAS

AFINAL, Rio de Janeiro. Editora Três. nº 65. 25 de novembro de 1985.

NOSSA HISTÓRIA, Rio de Janeiro, Editora Vera Cruz. ano 3. nº 25. novembro de 2005.

DIÁRIO DE NATAL. Cadernos de Educação. 29 de novembro de 2005.

A Era Vargas. Acesso ao sitio. www.cpdoc.fgv/comum/htm/index.htm em 21 de janeiro de 2006.

